

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. (JBS, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa, com sede na cidade de São Paulo, Brasil, e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro, sob o código "JBSS3", e na NYSE - Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível I) sob o código "JBSSAY".

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

Na Controladora

A Companhia explora o segmento de abate, frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, sub-produtos de carnes e conservas, em cinquenta e cinco unidades industriais localizadas nos Estados: Acre, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.

A Companhia distribui seus produtos por meio de quatorze centros de distribuição, localizados nos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal.

A Companhia tem forte atuação na atividade de curtimento de couro, destinando a maior parte de sua produção à exportação nos segmentos de couro moveleiro, automotivo, calçadista e artefatos, nos estágios de "Wet Blue", Semi Acabado e Acabado. A estrutura é composta de vinte e uma unidades industriais localizadas nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins. Possui um centro de distribuição localizado no Estado de Mato Grosso do Sul e um terminal portuário no Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Companhia explora os ramos de produção de latas de aço; gerenciamento de resíduos industriais e produção de resinas plásticas; produção de sabão em barra e sabonetes para marcas próprias de grandes empresas de higiene e limpeza; produção de biodiesel, glicerina, oleína e ácido graxo; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; industrialização e comercialização de tripas bovinas; operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação; produção e comercialização de colágeno bovino; prestação de serviço de industrialização de biscoito para cães; possui lojas com o nome "Mercado da Carne" para venda de carnes e itens correlatos para churrasco diretamente ao consumidor. Por fim, a Companhia opera também na produção e comercialização de energia elétrica e cogeração de energia.

Em Controladas e Joint Ventures

A JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada no Estado de São Paulo nas cidades de Castilho e Guaíçara, no Estado de Goiás, nas cidades de Nazário e Aruanã, no Estado do Mato Grosso, na cidade de Lucas do Rio Verde, e também no Estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Terenos, explora a atividade de compra e engorda para revenda de bovinos para corte e de prestação de serviço de engorda de bovinos de terceiros para abate.

A controlada indireta Meat Snacks Partner do Brasil Ltda. (Meat Snacks), "joint venture" de controle compartilhado entre a subsidiária JBS Handels GmbH e a empresa Jack Link Beef Jerky, está localizada nos municípios de Santo Antônio de Posse e Lins, Estado de São Paulo, e explora o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne "in natura" no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América.

A Brazservice Wet Leather S.A. (Brazservice), localizada no Estado do Mato Grosso, na cidade de Pedra Preta, tem como atividades preponderantes a industrialização, beneficiamento e comercialização de couros e peles de origem animal.

A Tannery do Brasil S.A. (Tannery), localizada no Estado do Mato Grosso, na cidade de Cáceres, tem como atividades preponderantes a industrialização, beneficiamento e comercialização de couros e peles de origem animal.

Na JBS Foods S.A., a subsidiária Seara Alimentos Ltda. (Seara Alimentos), sediada no Estado de São Paulo, tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de produtos alimentícios; criação e abate de aves e suínos; fabricação de rações e concentrados e a industrialização de carnes; em trinta unidades produtoras localizadas nos Estados: Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal e doze Centros de distribuição nos Estados: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo e no Distrito Federal. Possui também um terminal portuário privativo localizado em Santa Catarina.

Na JBS Foods S.A., a subsidiária JBS Aves Ltda. (JBS Aves), sediada no Estado de São Paulo, tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de produtos alimentícios; criação e abate de aves e suínos; fabricação de rações e concentrados e industrialização de carnes em oito unidades produtoras localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul e dois Centros de Distribuição localizados nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. A JBS Aves ainda possui atividades de exploração de armazéns portuários, através de sua subsidiária Agil Armazéns Gerais Imbituba Ltda.

Na JBS Foods S.A., a subsidiária Braslo de Produtos de Carnes Ltda. (Braslo), localizada no Estado de São Paulo, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de produtos alimentícios em duas unidades produtoras localizadas em São Paulo e no Distrito Federal.

Na JBS Foods S.A., a subsidiária Comércio e Indústria de Massas Alimentícias - Massa Leve Ltda. (Massa Leve), localizada no Estado de São Paulo, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de massas frescas e produtos industrializados em duas unidades produtoras localizadas no Estado de São Paulo e Pernambuco.

Na JBS Foods S.A., a subsidiária Excelsior Alimentos S.A. (Excelsior), controlada direta da JBS Foods S.A. e indireta através da holding Baumhardt Comércio e Participação Ltda (Baumhardt), localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes operando uma unidade industrial no Estado do Rio Grande do Sul.

Na JBS Foods S.A., a subsidiária DBF Participações Societárias Ltda (Avebom), localizada no município de Jaguapitã, Estado do Paraná, a qual tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de produtos alimentícios, criação e abate de aves e suínos, fabricação de rações e concentrados e a industrialização de carnes.

Adicionalmente, a JBS Foods S.A. ainda opera atividades de menor representatividade: Através da Granja Eleven Ltda. (Eleven), cuja atividade principal é a criação de aves no Estado do Paraná, Enersea Comercializadora de Energia Ltda. (Enersea), que possui como a atividade a comercialização de energia, e as empresas Athena Alimentos Ltda., Frigorífico Mabella Ltda., Penasul Alimentos Ltda., Agrofrango Ltda., DaGranja Industrial Ltda., e Ibirapuera Avícola Ltda., tem suas atividades operacionais realizadas pela Seara Alimentos Ltda., através do arrendamento de suas unidades industriais.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

b) Atividades no Exterior

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do segmento de abate e frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com seis unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba. Ao final do exercício de 2013, adaptando a sua estrutura ao contexto e necessidades do mercado, a Companhia decidiu paralisar de forma temporária as operações na unidade Argenvases situada em Zarate (Província de Buenos Aires).

A JBS USA divide a sua operação em três segmentos: Gado, operando o negócio de origem bovina; Porco, operando o negócio de origem suína e ovina; e Frango, operando o negócio de aves por meio da subsidiária Pilgrim's Pride (PPC).

A JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) e suas controladas, abate e processa carnes "in natura" de origem bovina, suína, ovina e de frango com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos. Além disso, através de suas controladas a JBS USA oferece serviços de transporte, bem como opera atividades de importação de produtos industrializados de origem bovina, carne processada, e outros alimentos, para venda no mercado norte-americano e Europa.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com nove frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de ovino, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e onze confinamentos, sendo um operado e alugado por terceiro. Na Austrália opera com dez frigoríficos, quatro fábricas de beneficiamento e seis confinamentos de bovinos, sendo um exclusivo de abate de ovino, quatro de ovino e bovino, e os outros cinco exclusivos de bovinos, também opera três fábricas de beneficiamento de cortes e quatro confinamentos de bovinos. No Canadá a JBS USA opera com uma fábrica de frigorificação de carne bovina e um confinamento.

Na JBS USA, a subsidiária Pilgrim's Pride - PPC é uma empresa sediada em Greeley, Colorado, Estados Unidos da América, de capital aberto listada na NASDAQ, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação também no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de noventa países; os principais produtos são "in-natura", refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais. Opera vinte e sete instalações para abate de frango, apoiadas por vinte e oito fábricas de rações, trinta e seis incubadoras, oito instalações de processamento, cinco frigoríficos e três instalações de fábrica de produtos pet nos Estados Unidos da América e México.

A controlada indireta Nawelur S.A., localizada em São José, Uruguai, exerce basicamente operações de trading de couros para o mercado local.

A controlada indireta JBS Toledo NV (Toledo), localizada na Bélgica, exerce basicamente operações de trading para os mercados europeu e africano, comercializando carne cozida. Adicionalmente desenvolve operações de logística, armazenagem, customização e desenvolvimento de novos produtos.

A controlada indireta JBS Paraguay S.A (JBS Paraguay), localizada em Assunção, Paraguai, possui outra planta em San Antonio, abate e processa carne bovina congelada, resfriada e couro verde. A maior parte de sua produção é dedicada à exportação para outras subsidiárias do Grupo. Possui licença para exportar para a União Europeia, Chile, Rússia e outros mercados.

A controlada indireta Frigorífico Canelones S.A (Frigorífico Canelones), localizada na cidade de Canelones, Uruguai, abate e processa carne bovina "in natura" para exportação e venda local. Também vende cortes de carnes com osso e miúdos, principalmente para o mercado local.

A controlada indireta Rigamonti Salumificio SpA (Rigamonti), localizada na Itália, é líder no mercado italiano em produção e venda de Bresaola (carne bovina curada). Adicionalmente, a Rigamonti produz e vende beef jerky, bacon e presunto.

A controlada indireta Trump Asia Enterprises Limited (Trump), localizada em Hong Kong, possui uma planta de processamento de couros, localizada em Bien Hoa, no Vietnã, com foco no acabamento de couro para o mercado moveleiro. Ainda possui dois escritórios comerciais localizados em Hong Kong e Dongguan, que atuam no mercado asiático, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS e parte de terceiros.

A JBS Leather Itália S.R.L. (JBS Leather Itália), localizada na cidade de Arzignano, possui outra planta na cidade de Matera, ambas na Itália, atua no segmento de couros, comprando couro do Grupo JBS e comercializando no mercado interno italiano e no mercado europeu, produzindo couros nos estágios Semi Acabado e Acabado.

A controlada indireta Capital Joy Holding Limited (Capital Joy), localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, possui uma planta arrendada na cidade de Jiangmen na China para processamento de couros, cuja atividade consiste na industrialização até o acabamento do couro para ser vendido, em grande parte para o mercado asiático de produção de calçados e artefatos, comprando "Wet Blue" do Grupo JBS.

A Columbus Netherlands B.V. (Columbus), localizada na Holanda, opera em suas controladas a atividade de produção e comercialização de couros bovinos nos estágios Semi Acabados e Acabados para os mercados de móveis e calçados, além da manufatura de Corte de Couros Acabados para a indústria automotiva. Possui unidades industriais no Uruguai, Argentina, México e África do Sul e centros de distribuição nos Estados Unidos e Alemanha.

A controlada indireta Seara Holding Europe B.V. (Seara Holding), localizada na cidade de Amsterdã, opera em suas controladas a operação da compra e revenda de mercadorias para o mercado externo com maior atuação no mercado europeu. Opera também dois escritórios de representação comercial, localizados no Japão e Cingapura.

c) Aquisição das operações do Grupo Zenda e Grupo Seara:

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, bem como exercício findo em 31 de dezembro de 2013, refletem as aquisições do Grupo Zenda (composto pela holding Columbus) e Grupo Seara (composto pelas holdings JBS Foods Ltda., Seara Holding e Baumhardt) que estão contabilizadas como uma aquisição em conformidade com IFRS 3 (R)/CPC 15 R1.

Devido ao fato do resultado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 contemplar o Grupo Zenda e Grupo Seara, e no período anterior o investimento do Grupo Zenda contemplar apenas o terceiro trimestre, e o Grupo Seara não ter sido consolidado, para fins de comparabilidade, segue demonstração de resultado excluindo os saldos contábeis dos resultados consolidados do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, permitindo aos leitores e usuários melhor comparabilidade.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Demonstração de resultado:

	Nove meses findos em 30 de setembro		Semestre findo em	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2014		30 de junho	2014	2013
	Consolidado	Grupo Seara *	Grupo Zenda	Consolidado excluindo 9M Grupo Seara e 6M Grupo Zenda	Consolidado excluindo 9M Grupo Seara e 6M Grupo Zenda
Receita líquida	86.166.517	7.322.043	278.847	78.565.627	65.680.568
Custo dos produtos vendidos	(72.929.295)	(5.414.652)	(249.493)	(67.265.150)	(57.565.767)
LUCRO BRUTO	13.237.222	1.907.391	29.354	11.300.477	8.114.801
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(7.254.385)	(1.134.328)	(22.886)	(6.097.171)	(5.278.225)
Resultado financeiro líquido	(2.935.636)	(289.613)	177	(2.646.200)	(1.612.660)
Outras (despesas) receitas	(243.530)	(29.113)	(1.493)	(212.924)	72.242
Resultado de equivalência patrimonial	19.813	-	-	19.813	28.144
Imposto de renda e contribuição social	(1.123.968)	(95.196)	(3.020)	(1.025.752)	(415.702)
LUCRO LÍQUIDO	1.699.516	359.141	2.132	1.338.243	908.600
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores	1.417.129	359.885	2.132	1.055.112	786.184
Participação dos acionistas não controladores	282.387	(744)	-	283.131	122.416
Lucro líquido	1.699.516	359.141	2.132	1.338.243	908.600

Demonstração de resultado (Consolidado) para o trimestre findo em 30 de setembro de cada período:

	2014		2013	
	Consolidado	Grupo Seara *	Consolidado excluindo Grupo Seara	Consolidado excluindo Grupo Seara
Receita líquida	30.778.574	2.783.071	27.995.503	24.221.998
Custo dos produtos vendidos	(25.218.124)	(2.026.812)	(23.191.312)	(21.093.614)
LUCRO BRUTO	5.560.450	756.259	4.804.191	3.128.384
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(2.532.217)	(382.013)	(2.150.204)	(1.928.833)
Resultado financeiro líquido	(978.651)	(173.548)	(805.103)	(874.868)
Outras (despesas) receitas	(241.400)	(20.404)	(220.996)	(4.465)
Resultado de equivalência patrimonial	8.248	-	8.248	2.081
Imposto de renda e contribuição social	(588.390)	(10.368)	(578.022)	(63.976)
LUCRO LÍQUIDO	1.228.040	169.926	1.058.114	258.323
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores	1.092.885	170.025	922.860	219.824
Participação dos acionistas não controladores	135.155	(99)	135.254	38.499
Lucro líquido	1.228.040	169.926	1.058.114	258.323

* Composto pelo resultado das subsidiárias Baumhardt, Seara Holding e JBS Foods Ltda.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia que foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

- As demonstrações contábeis intermediárias individuais que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação de investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações contábeis intermediárias divergem nessa avaliação em relação ao IFRS, que exige que esses investimentos nas demonstrações separadas da controladora sejam avaliados pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo JBS - práticas contábeis internacionais (IFRS). Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis internacionais uniformes. Da mesma forma, para novas aquisições de investimentos após a adoção ao IFRS é aplicado o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, que traz os investimentos a valor justo, posteriormente efetuando as equivalências patrimoniais mensais desses investimentos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Como não existe diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e constantes nas demonstrações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), a Companhia optou por apresentar as referidas demonstrações contábeis intermediárias em um único conjunto, lado a lado.

b. Instrução Normativa No 1.397 e Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627 de 2013)

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP 627 cuja conversão em Lei 12.973 ocorreu em 13 de maio de 2014. A referida Lei traz alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição (RTT); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da nova Lei entram em vigor a partir do exercício de 2015, entretanto é permitido que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia e suas controladas, orientadas pelos seus assessores legais, não optou pela adoção antecipada para o exercício de 2014 e não espera que sua adoção, em 2015, tenha efeitos relevantes em suas Demonstrações Contábeis.

c. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

A aprovação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2014.

d. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. Na nota explicativa 23 apresentamos a conciliação da receita líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 R1 - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias:

- perda no valor recuperável de ativos não financeiros;
- perdas no valor recuperável de impostos a recuperar;
- benefícios de aposentadoria;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios;
- valor justo de instrumento financeiro;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas;
- perda no valor recuperável de ativos financeiros;
- ativo biológico; e
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos previstos decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de valor em conformidade com o IAS 7/CPC 03 R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas aplicações têm a finalidade de satisfazer os compromissos de caixa de curto prazo (gestão diária de recursos financeiros da Companhia e suas controladas) e não para investimento ou outros propósitos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

f) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

g) Ativo biológico

De acordo com o IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, desenvolvimento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do período.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado e custo, de acordo com os critérios definidos na nota explicativa 8.

h) Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures")

Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais da Companhia, as participações em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Conforme definido IAS 28/CPC 18 R2- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, Coligadas são aquelas entidades em que a Companhia tem influência significativa e que não se configura como controlada ou participação em empreendimento sob controle conjunto.

De acordo com os requerimentos do IAS 31/CPC 19 R2 - Negócios em Conjunto, Empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures" é um negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Os interesses em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) são tratados como investimento e contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o IAS28/CPC 18 R2 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulados de conversão.

i) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais, e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo registrados na demonstração de resultado como despesa de acordo com os pagamentos efetuados. A Companhia possui em suas operações apenas arrendamentos operacionais.

k) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 R1 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 R1- Ativos intangíveis.

Ao fim de cada período, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

m) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 15.

o) Imposto de renda e contribuição social**Impostos correntes**

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

p) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos, quando incorridos, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

q) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

r) Participação de não controladores

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 R1 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

s) Ativos e passivos contingentes

De acordo com os requerimentos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" a sua exigibilidade, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

t) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia apresenta, quando relevante, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. O ajuste a valor presente é calculado tempestivamente pela Companhia, e registrado se relevante, sendo detalhado nas notas explicativas que se referem os ativos e passivos geradores do ajuste.

No cálculo do ajuste a valor presente consideram-se as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

u) Consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo JBS são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. A relação das controladas que a Companhia consolida está descrita na nota explicativa 11.

As demonstrações contábeis intermediárias das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis intermediárias.

v) Conversão de moedas estrangeiras**Moeda funcional e de apresentação**

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis intermediárias são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável, e com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

w) Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

x) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são "Aplicações financeiras" e "Derivativos".

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber" e "Créditos com empresas ligadas".

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

• Mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas, dividendos declarados, débitos com terceiros para investimentos e outras contas a pagar.

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma estimativa de perda. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à uma estimativa de perda. Mudanças no valor contábil da estimativa de perda são reconhecidas no resultado.

• Derivativos

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 R1 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias, tais como taxas de juros e câmbio.

y) Combinação de negócios

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

z) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os empregados prestam serviços. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Nos planos de benefício definido os valores das pensões que serão recebidas pelos beneficiários encontram-se previamente definidos, calculados individualmente para cada plano, através de utilização de premissas atuariais de mensuração. As contribuições poderão ser ajustadas para garantir o pagamento desses benefícios.

O passivo reconhecido com relação a esses planos é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustado por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data das demonstrações contábeis intermediárias para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta PPC e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)**

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

aa) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

ab) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com o IAS 7/CPC 3 R2 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

ac) Demonstração do resultado abrangente

De acordo com o IAS 1/CPC 26 R1 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira de investimentos no exterior e avaliação patrimonial em investimentos.

ad) Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis intermediárias individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

ae) Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 1 de janeiro de 2014.

- IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. A adoção desse IAS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.
- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção desse IAS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.
- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção desse IAS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção desse IFRIC não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

af) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado.

A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39.

A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Em julho de 2014, o IFRS 9 foi emitido como uma norma completa, a qual inclui os requerimentos anteriormente emitidos e as alterações adicionais para introduzir um novo modelo de perda ao valor recuperável e mudanças (limitadas) para classificação e mensuração de ativos financeiros. Esta alteração conclui o projeto do IASB relativo a instrumentos financeiros e a data de adoção é aplicável para períodos iniciados em 01 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida (sujeita a requisitos locais). A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis intermediárias.

- IFRS 14 – “Contas de diferimento regulatório”, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis intermediárias.

- IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis intermediárias.

- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – “Receitas” e a IAS 11 – “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis intermediárias.

- IAS 16 e IAS 41 – “Imobilizado e Agricultura”, em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis intermediárias.

- IFRS 10 e IAS 28 – “Venda de ativos entre coligadas ou empreendimentos em conjunto (joint ventures)”, em setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis intermediárias.

- IAS 19 - “Benefícios a empregados”, em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de julho de 2014. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis intermediárias.

- IAS 27 – “Demonstrações separadas”, em agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 4, IFRS 7, IFRS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis intermediárias.

4 Combinações de negócios

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

A Companhia adota o procedimento de detalhar nessa nota explicativa as aquisições que: i) foram concretizadas no período; ii) sofreram alterações no valor pago ou no valor justo dos ativos desde a data de aquisição até o prazo da combinação de negócios e; iii) após um ano da aquisição foram concluídas.

Em Controladas

4.1) Aquisição da Sul Valle

Na JBS Foods S.A., a subsidiária indireta Seara Alimentos Ltda. (Seara Alimentos), assumiu o controle da Sul Valle Alimentos Ltda (Sul Valle) em março de 2014, pelo valor total de R\$ 24.000. Adicionalmente, o preço da aquisição poderá sofrer reajustes em razão de determinados itens de capital de giro a serem verificados pela Companhia, sendo que em decorrência desse ajuste em setembro de 2014, o valor ajustado é de R\$ 18.768. No consolidado, o passivo referente a essa transação está sob a rubrica de Débitos com terceiros para investimento.

**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

A Seara Alimentos continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de março de 2014:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	1.000
Estoques e ativos biológicos	8.381
Impostos a recuperar	21.669
Despesas antecipadas e outros ativos	139
Imobilizado	20.212
Intangível	21
TOTAL DO ATIVO	51.422

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fornecedores	14.232
Empréstimos e financiamentos	23.542
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e outros passivos	4.505
Patrimônio líquido	9.143
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.422

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Total do valor pago	18.768
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	9.143
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura (nota 13)	9.625

4.2) Aquisição da Massa Leve

Na JBS Foods S.A., a subsidiária indireta Seara Alimentos assumiu o controle da Massa Leve em junho de 2014, após a aprovação do CADE ocorrida no final do mês de maio de 2014, pelo valor total de R\$ 258.618, sendo que parte do pagamento ocorreu mediante a entrega de 26.295.997 ações em tesouraria da JBS S.A. e o saldo remanescente em espécie.

A Seara Alimentos continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 30 de junho de 2014:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	1.463
Contas a receber	38.442
Estoques	9.641
Impostos a recuperar	11.990
Despesas antecipadas e outros ativos	1.149
Imobilizado	24.663
Intangível	1.571
TOTAL DO ATIVO	88.919

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fornecedores	23.527
Empréstimos e financiamentos	13.971
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	10.040
Provisão para riscos processuais e outros passivos	21.226
Patrimônio líquido	20.155

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**88.919**

**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Total do valor pago	258.618
(-) Patrimônio líquido contábil na data da aquisição	20.155
Ágio (excesso) gerado na operação	238.463
Alocação do ágio (excesso) na operação	
Mais valia da carteira de clientes	29.572
Mais valia da marca	13.036
Mais valia do imobilizado	20.279
IR/CSL diferidos	(21.381)
Valor do ágio estimado de expectativa de rentabilidade futura (nota 13)	196.957
	238.463

4.3) Aquisição da DBF Participações Societárias Ltda (Avebom)

Na JBS Foods S.A., a JBS Aves adquiriu a totalidade das cotas da Avebom em agosto de 2014, pelo valor total de R\$ 24.909. No consolidado, o passivo referente a essa transação está sobre a rubrica de Débitos com terceiros para investimento, pelo saldo residual de R\$ 23.000.

A JBS Aves continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IRFS 3(R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 30 de setembro de 2014:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	3.575
Contas a receber de clientes	22.284
Estoques e Ativos biológicos	14.062
Imposto a recuperar	23.045
Outros ativos circulantes e não circulantes	4.542
Imobilizado	17.890
TOTAL DO ATIVO	85.398

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fornecedores	71.325
Empréstimos e financiamentos	42.816
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	16.421
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.596
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(46.760)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85.398

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Total do valor pago	24.909
Valor justo do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(46.760)
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura (nota 13)	71.669

4.4) Aquisição da Eleven

Na JBS Foods S.A., a JBS Aves adquiriu a totalidade das cotas da Eleven em setembro de 2014, pelo valor total de R\$ 7.800.



**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

A JBS Aves continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3(R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 30 de setembro de 2014:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	40
Contas a receber de clientes e outros ativos circulantes e não circulantes	175
Estoques e Ativos biológicos	198
Imposto a recuperar	62
Imobilizado	4.847
TOTAL DO ATIVO	5.322

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fornecedores	272
Empréstimos e financiamentos	18
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e impostos correntes e diferidos	106
Patrimônio líquido	4.926
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.322

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

Abaixo, apresentamos o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor transferido para aquisição do controle da adquirida em relação ao patrimônio líquido de referência, apurado com base nos ativos identificados e os passivos assumidos na combinação de negócio:

Total do valor pago	7.800
Valor justo do patrimônio líquido	4.926
Valor estimado do Ágio (nota 13)	2.874

4.5) Conclusão da Combinação de Negócios do Grupo Zenda e do Grupo Seara:

Conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3, a Companhia concluiu os ajustes dos valores justos das combinações de negócio do Grupo Seara (através das holdings JBS Foods, Baumhardt e Seara Holding) e Grupo Zenda (através da holding Columbus) e os valores foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia.

Por se tratar de uma única negociação em que a Companhia adquiriu a participação nas empresas do Grupo Zenda e Grupo Seara, a Companhia optou por realizar a Combinação de Negócios em bases combinadas, segregando o total do valor pago de acordo com as premissas existentes na data de fechamento da operação e com base nas expectativas de rentabilidade futura de cada participação societária.

O ágio total (excesso) registrado na operação foi de R\$ 1.893.640, como segue na tabela abaixo:

	Grupo Seara			Grupo Zenda	Total
	JBS Foods	Seara Holding	Baumhardt	Columbus	
Total do valor pago através da assunção de dívidas JBS S.A.	2.798.381	618.490	29.402	162.261	3.608.534
(-) Patrimônio líquido contábil na data da aquisição	1.421.721	618.490	29.207	121.969	2.191.387
Ágio (excesso) gerado na operação	1.376.660	-	195	40.292	1.417.147

Alocação do ágio (excesso) na operação

	Grupo Seara			Grupo Zenda	Total
	JBS Foods	Seara Holding	Baumhardt	Columbus	
Mais valia da carteira de clientes	446.366	-	-	-	446.366
Menos valia da marca	(404.183)	-	(29.659)	-	(433.842)
IR/CSL diferidos	(14.343)	-	10.084	-	(4.259)
Outros	-	-	6.935	-	6.935
Valor do ágio de expectativa de rentabilidade futura (nota 13)	1.348.820	-	12.835	40.292	1.401.947
	1.376.660	-	195	40.292	1.417.147



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Caixa e bancos	3.224.922	1.789.254	7.534.692	4.713.369
CDB - DI	3.681.597	3.148.005	3.888.912	3.236.034
Fundos de investimentos	-	-	794.076	777.025
Títulos públicos - LFT	360.789	286.719	360.789	286.719
	7.267.308	5.223.978	12.578.469	9.013.147

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Títulos públicos – LFT – Correspondem a títulos adquiridos com instituições financeiras, cujas condições e características são similares aos CDB's.

Fundos de investimentos - Consolidado

Está composto em sua totalidade por aplicações da controlada indireta JBS Project Management GMBH (subsidiária da JBS Holding GMBH) em fundos de investimento mútuo não exclusivos, cujas aplicações são realizadas pelo Banco JP Morgan como parte de um serviço de gerenciamento de caixa.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Duplicatas a vencer	3.983.525	3.981.264	8.647.000	7.866.991
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	143.678	111.388	707.475	840.843
De 31 a 60 dias	9.064	9.527	93.526	109.287
De 61 a 90 dias	3.345	2.990	42.271	80.982
Acima de 90 dias	67.443	70.489	187.917	232.266
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(88.585)	(88.585)	(192.753)	(210.443)
	134.945	105.809	838.436	1.052.935
	4.118.470	4.087.073	9.485.436	8.919.926

Conforme IFRS 7/CPC 39 Instrumento Financeiros, segue a movimentação da PECLD:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Saldo inicial	(88.585)	(96.933)	(210.443)	(131.688)
Adições	-	-	3.064	(97.729)
Variação Cambial	-	-	(237)	(3.901)
Baixas	-	8.348	14.863	22.875
Saldo final	(88.585)	(88.585)	(192.753)	(210.443)

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Produtos acabados	2.265.303	1.796.484	6.089.307	4.713.790
Produtos em processo	182.387	169.326	609.938	507.475
Matéria-prima	382.690	314.429	1.022.972	830.847
Almoxarifado	136.450	133.909	928.438	852.504
	2.966.830	2.414.148	8.650.655	6.904.616

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por animais vivos, cujo detalhamento segue abaixo:

	Consolidado			
	30.09.14		31.12.13	
	Saldo contábil	Quantidade (milhares)	Saldo contábil	Quantidade (milhares)
Ativos biológicos circulantes (consumíveis):				
Aves e Ovos	980.579	438.469	923.778	415.306
Bovinos	129.474	64	61.371	39
Suínos e ovinos	405.087	2.506	430.645	2.414
Culturas temporárias em formação	2.021	-	3.549	-
	1.517.161	441.039	1.419.343	417.759

**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	30.09.14		31.12.13	
	Saldo contábil	Quantidade (milhares)	Saldo contábil	Quantidade (milhares)
Ativos biológicos não circulantes (para produção):				
Aves e Ovos	490.945	29.980	442.966	28.286
Suínos	63.024	187	53.937	188
	553.969	30.167	496.903	28.474
	2.071.130	471.206	1.916.246	446.233
Movimentação do ativo biológico:			Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2013			1.419.343	496.903
Aumento por reprodução (nascimentos) e apropriação de custos			10.908.962	621.617
Aumento por aquisição			442.640	194.372
Fair value (marcação a mercado)			17.758	-
Transferência entre circulante e não circulante			251.458	(251.458)
Redução por morte			(6.203)	(1.556)
Redução por abate, venda ou consumo			(11.576.886)	(77.624)
Variação Cambial			28.719	(5.405)
Amortização			-	(429.213)
Impacto da aquisição Sul Valle, Frinal e Avebom			31.370	6.333
Saldo em 30 de setembro de 2014			1.517.161	553.969

Os ativos biológicos circulantes são compostos basicamente por ovos aguardando eclosão e animais em período de maturação para corte, os quais permanecem em desenvolvimento durante um período de 30 a 48 dias para aves, 90 a 120 dias para bovinos e 170 a 175 dias para suínos e ovinos, até atingir a maturidade e consequentemente envio para as unidades de abate. Por este motivo são classificados no grupo de conta de ativos circulantes.

Os ativos biológicos não circulantes são compostos de avós e matrizes de aves e suínos que são destinadas à reprodução. A vida útil desses animais de reprodução é de aproximadamente 68 semanas para aves e de 28 meses para suínos, sendo por este motivo, classificados no grupo de contas de ativos não circulantes.

Abaixo, segue detalhamento dos ativos biológicos da Companhia:

	30.09.14		31.12.13	
	Saldo contábil	Quantidade (milhares)	Saldo contábil	Quantidade (milhares)
EMPRESAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA				
Ativos biológicos circulantes (consumíveis):				
Aves e ovos	686.562	241.752	624.274	231.481
Bovinos	14.380	5	8.891	3
Suínos e ovinos	38.437	145	50.457	183
Ativos biológicos avaliados a custo	739.379	241.902	683.622	231.667
Ativos biológicos não circulantes (para produção):				
Aves e ovos	316.855	17.456	297.503	17.660
Ativos biológicos avaliados a custo	316.855	17.456	297.503	17.660

Aves e ovos – A PPC possui atividade de criação de aves destinadas ao abate (circulantes) para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados, e matrizes de aves (não circulantes) que são destinadas a reprodução.

Bovinos – A controlada JBS USA mantém gado bovino, entre o período de vida de 75 - 100 dias, em sistema de confinamento. O mercado ativo é apenas para bovinos acima de 180 dias.

Suínos e ovinos – A controlada JBS USA mantém suínos e ovinos em sistema de confinamento.

Por não haver mercado ativo para esses ativos biológicos, o valor justo desses ativos biológicos está substancialmente representado pelo seu custo de aquisição mais a absorção acumulada, devido ao curto ciclo de vida e ao fato de que a margem de rentabilidade é substancialmente representativa apenas no processo de industrialização. Dessa forma, os ativos circulantes são mantidos a custo, e os ativos não circulantes além de serem mantidos a custo são amortizados de acordo com a vida útil dos animais.



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

EMPRESAS NO BRASIL	30.09.14		31.12.13	
	Saldo contábil	Quantidade (milhares)	Saldo contábil	Quantidade (milhares)
Ativos biológicos circulantes (consumíveis):				
Bovinos	115.094	59	52.480	36
Ativos biológicos avaliados a mercado	115.094	59	52.480	36
Aves e ovos	294.017	196.717	299.504	183.825
Suínos e ovinos	366.650	2.361	380.188	2.231
Culturas temporárias em formação	2.021	-	3.549	-
Ativos biológicos avaliados a custo	662.688	199.078	683.241	186.056
Total de ativos biológicos circulantes	777.782	199.137	735.721	186.092
Ativos biológicos não circulantes (para produção):				
Aves e ovos	174.090	12.524	145.463	10.626
Suínos	63.024	187	53.937	188
Total de ativos biológicos não circulantes avaliados a custo	237.114	12.711	199.400	10.814

As operações relativas a gado bovino das atividades no Brasil são representadas, principalmente, por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

As operações relativas a aves das atividades no Brasil, são divididas entre aves destinadas ao abate (circulantes) para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados, e avós e matrizes de aves (não circulantes) que são destinadas a reprodução. Para ambos os casos, o valor justo desses ativos biológicos está substancialmente representado pelo seu custo de aquisição mais a absorção acumulada, devido ao curto ciclo de vida e ao fato de que a margem de rentabilidade é substancialmente representativa apenas no processo de industrialização. Dessa forma, os ativos circulantes são mantidos a custo, e os ativos não circulantes além de serem mantidos a custo são amortizados de acordo com a vida útil dos animais.

As operações relativas a suínos das atividades no Brasil, são similares as atividades de aves, sendo divididas entre suínos destinados ao abate (circulantes) para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados, e avós e matrizes suína (não circulantes) que são destinados a reprodução. Para ambos os casos, o valor justo desses ativos biológicos está substancialmente representado pelo seu custo de aquisição mais a absorção acumulada. Dessa forma, os ativos circulantes foram mantidos a custo, e os ativos não circulantes além de mantidos a custo são amortizados de acordo com a vida útil dos animais.

Os saldos de culturas temporárias em formação são compostos por milho, soja e capim, os quais serão utilizados no processo de elaboração dos insumos para bovinos. A administração optou por manter a mensuração destes ativos biológicos aos seus valores de custo, devido a imaterialidade dos saldos, uma vez que os esforços necessários para a elaboração e mensuração destes ativos aos seus valores justos superam os benefícios esperados pela Administração.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
ICMS e equivalentes (IVA / VAT/ GST)	941.204	919.691	1.767.230	1.460.744
IPI	44.438	43.937	111.431	109.792
PIS e COFINS	806.293	720.362	1.407.923	975.294
IRRF/IRPJ a recuperar	189.299	164.310	241.909	425.600
Reintegra	35.898	105.917	48.397	124.753
Outros	4.057	3.968	50.417	56.798
	2.021.189	1.958.185	3.627.307	3.152.981
Desmembramento:				
Ativo circulante	1.262.134	1.275.614	2.268.016	2.003.256
Ativo não circulante	759.055	682.571	1.359.291	1.149.725
	2.021.189	1.958.185	3.627.307	3.152.981

ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços

O saldo de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

A Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem).

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados pela Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF e IRPJ

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, retenções sobre remessa de dividendos da subsidiária JBS USA e antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

Reintegra - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários

O crédito do Reintegra, conforme Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e posterior Medida Provisória nº 651 de 10 de julho de 2014, tem por objetivo devolver parcial ou integralmente valores referentes a custos tributários existentes na cadeia de produção das empresas exportadoras.

**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Conforme estabelecido na Portaria nº 428/2014, o valor do referido crédito é calculado mediante aplicação do percentual de 3% sobre a receita bruta decorrente da exportação de determinados produtos industrializados, a partir de 01 de outubro de 2014.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS, IPI e IRPJ a recuperar no valor de R\$ 201.192. Desse total foram recebidos até o momento o montante de R\$ 51.787 permanecendo um saldo remanescente de R\$ 149.406.

Anualmente a Administração da Companhia, amparada por seus assessores tributários e jurídicos, avalia a segregação entre circulante e não circulante dos créditos fiscais, de acordo com a sua realização.

10 Transações com partes relacionadas

Referem-se a contratos de conta corrente com partes relacionadas registrados no balanço patrimonial da controladora como créditos e débitos com partes relacionadas, conforme detalhamento abaixo:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Custo de administração e captação	30.09.14	31.12.13
Controladas diretas					
JBS Confinamento Ltda.	R\$	01/01/2016	Corresponde a CDI + 1% a.m.	105.535	81.349
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	R\$	01/01/2016	Corresponde a CDI + 1% a.m.	86.809	75.309
JBS USA, Inc	US\$	25/03/2016	Corresponde a Libor + 2,5% a 3% a.a.	(565.064)	(201.070)
Brazservice Wet Leather S.A.	R\$	01/01/2016	Corresponde a CDI + 1% a.m.	10.723	-
JBS Global Meat S.A. ⁽¹⁾	R\$	-	-	105.217	87.862
JBS Foods S.A. ⁽²⁾	R\$	31/03/2015	-	1.837.576	-
Tannery do Brasil S.A.	R\$	30/04/2015	Corresponde a CDI + 1% a.m.	5.968	-
Controladas indiretas					
Zenda Leather S.A.	US\$	01/01/2016	Corresponde a 3% a.a.	27.734	26.082
Seara Alimentos Ltda	R\$	01/01/2016	Corresponde a CDI	(3.154)	679.386
Beef Snacks Brasil Ind.Com. S.A.	R\$	23/01/2015	Corresponde a CDI	115.254	107.768
Beef Snacks International BV	US\$	31/12/2014	Corresponde a Libor + 2% a 3% a.a.	6.657	6.117
JBS Aves Ltda.	R\$	01/01/2016	Corresponde a CDI	700.118	622.946
JBS Argentina S.A. ⁽¹⁾	R\$	-	-	64.728	-
Seara Alimentos Ltda ⁽²⁾	R\$	01/01/2016	-	-	220.751
Zenda Leather S.A. ⁽³⁾	US\$	-	-	-	78.448
				2.498.101	1.784.948

⁽¹⁾ - Adiantamento efetuado com a finalidade de capitalização.

⁽²⁾ - Saldo remanescente aos créditos decorrentes da venda pelo valor contábil de participação societária e ativos (vide nota 11 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures").

⁽³⁾ - Baixa através de aumento de capital da subsidiária (vide nota 11 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures").



**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço da controladora como contas a receber de clientes e fornecedores:

CONTROLADORA	30.09.14		31.12.13	
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contas a receber de clientes	Fornecedores
Controladas diretas				
JBS Confinamento Ltda.	670	52.002	355	44.778
JBS Leather Itália SRL	4.398	-	3.466	-
Brazservice Wet Leather S.A.	1.465	1.332	-	-
Tannery do Brasil S.A.	3.803	1.442	-	-
Controladas indiretas				
JBS Global (UK) Limited	42.444	28	52.470	-
JBS Argentina S.A.	-	-	-	48
Global Beef Trading SU Lda.	-	-	2.798	-
Austrália Meat	-	1.143	-	1.804
JBS Toledo NV	36.840	-	15.990	-
JBS Aves Ltda.	2.093	10.483	1.524	109.790
Weddel Limited	4.834	-	2.118	-
Sampco Inc.	40.724	-	33.904	-
JBS Leather Europe	-	2	4.255	-
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda	14.367	149	9.989	113
Frigorífico Canelones S.A.	-	1.221	-	-
Rigamonti Salumificio Spa	-	8	-	20
Trump Asia Enterprise Ltd	16.891	-	6.197	701
JBS Paraguay	1.220	2.078	-	1.415
Zenda Leather S.A	4.722	-	2.713	-
Braslo Produtos de Carnes Ltda	6.458	-	2.894	-
Excelsior Alimentos S.A	-	-	7	-
Seara Alimentos Ltda	6.233	780	2.265	69.429
MBL Alimentos S.A	-	-	23	-
JBS Chile Ltda.	-	11	-	-
Outras partes relacionadas				
S.A. Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor	5.563	6.366	4.057	18.547
J&F Floresta Agropecuária Ltda	5	509	181	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	5.210	-	5.453	1
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	18.071	10	11.932	58
Itambé Alimentos S.A.	584	51.688	1	13.884
	216.595	129.252	162.592	260.588





JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado da controladora:

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de					
	2014			2013		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Controladas diretas						
JBS Confinamento Ltda.	11.022	236.782	6.259	15.013	215.283	7.747
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	11.170	-	-	7.962	-	-
JBS USA, Inc	(5.759)	-	-	3.210	-	-
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	-	-	-	(758)	-	-
JBS Leather Itália SRL	-	-	67.004	-	-	79.651
Novaprom Food Ingredients Ltda	-	-	-	(18)	2.098	7.559
Brazservice Wet Leather S.A.	1.074	45.632	35.203	-	-	-
Tannery do Brasil S.A.	127	23.407	19.370	-	-	-
Controladas indiretas						
JBS Global (UK) Limited	-	90	125.878	-	-	120.124
JBS Argentina S.A	-	7.871	-	-	9.947	-
Global Beef Trading SU Lda.	-	1.731	44.314	-	2.804	48.774
Beef Snacks Brasil Ind.Com. S.A.	8.397	-	-	5.688	-	-
Beef Snacks International	380	-	-	419	-	-
JBS Aves Ltda.	35.087	474.975	27.088	40.966	89.485	23.017
Australia Meat	-	23.825	-	-	18.943	-
JBS Toledo NV	-	-	164.725	-	-	184.131
JBS Leather Europe	-	-	-	-	-	18.826
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda	-	959	129.758	-	-	92.348
JBS Chile Ltda	-	-	-	-	-	361
Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos	-	-	-	-	1.209	2.121
Weddel Limited	-	-	26.719	-	-	16.147
Sampco Inc.	-	-	137.895	-	-	160.958
Frigorífico Canelones S.A.	-	8.833	-	-	9.653	562
Trump Asia Enterprise Ltd	-	-	171.640	45	30	159.950
JBS Paraguay	-	56.418	3.917	-	56.690	-
Zenda Leather S.A.	566	105	26.387	158	-	4.504
Braslo Produtos de Carnes Ltda	-	39	76.932	-	-	-
Excelsior Alimentos S.A	-	-	44	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	53.802	158.907	96.007	-	-	-
JBS Leather Uruguay	-	-	11.286	-	-	-
MBL Alimentos S.A	-	-	460	-	-	-
Outras partes relacionadas						
S.A. Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor	-	61.425	40.833	-	625	43.497
J&F Floresta Agropecuária Ltda	-	18.049	216	-	14.388	211
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	91	54.555	-	10.096	60.559
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	322	109.388	-	567	103.474
Itambé Alimentos S.A.	-	188.871	1.084	-	-	-
	115.866	1.308.332	1.376.962	72.685	431.818	1.134.521

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora, de forma quirografária, das notas 8,25% registradas em sua controlada direta JBS USA, com vencimento em 2020.

A Companhia é garantidora, de forma quirografária, das notas 7,25% registradas em sua controlada direta JBS USA, com vencimento em 2021.

A JBS USA, JBS USA Holdings e Swift Beef Company, juntamente com a JBS Hungary Holdings são garantidoras, de forma quirografária, das notas 2016 registradas na Companhia.

A JBS Hungary Holdings é garantidora, de forma quirografária, das notas 2016 (da incorporada Bertin), 2018 e 2023 registradas na Companhia.

A JBS Hungary Holdings é garantidora, de forma quirografária, das notas 2024 registradas na Companhia.

A JBS USA Holdings e a JBS S.A., juntamente com a JBS Hungary Holdings são garantidoras, de forma quirografária, das notas registradas em suas controladas indiretas JBS USA, LLC e JBS USA Finance, com vencimento em 2024.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições aproximadas e similares aos demais clientes e fornecedores e para operações de conta corrente de apenas repassar o custo de captação, além das despesas operacionais que suportam tais contratos.

Dentre as operações comerciais entre partes relacionadas, destacam-se a compra de gado para abate entre a Companhia e a controlada JBS Confinamento e empresa ligada J&F Floresta Agropecuária Ltda. Tais operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região, pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido por essas partes relacionadas é irrelevante dentro do volume demandado pela Companhia.

Nos contratos de conta corrente com partes relacionadas incidem cobrança de custos administrativos de captação de recursos e variação cambial, quando aplicável.



**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Consolidado - Créditos com empresas ligadas

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R\$ 761.702 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 733.958 em 31 de dezembro de 2013) decorre da utilização da linha de crédito de até US\$ 450 milhões entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers (subsidiária da JBS USA) e a J&F Oklahoma (subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada na Companhia).

A referida operação incide juros e a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado, que são alocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para engorda até estarem prontos para abate.

A J&F Oklahoma possui ainda outros 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

- i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel;
- ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeças ao ano, a partir de 2009 até 2016.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US\$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

Em junho de 2011, a J&F Australia firmou contrato de compra e venda de gado com a JBS Australia, conforme esse contrato, a J&F Australia deve vender para a JBS Austrália e esta deve comprar no mínimo 200.000 cabeças de gado da J&F Austrália por ano.

Em janeiro de 2013, a J&F Canada firmou contrato de compra e venda de gado com a JBS Canada, conforme esse contrato, a J&F Canada deve vender para a JBS Canada e esta deve comprar no mínimo 50.000 cabeças de gado da J&F Canada por ano.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, no período de nove meses findos em:

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de			
	2014		2013	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	13	5.372	12	5.454
	13	5.372	12	5.454

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Executivo de Relações Institucionais, o Diretor de Administração e Controle e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam nas remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 R1 – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

11 Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto “Joint ventures”

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Investimentos em coligadas, controladas e Joint ventures	8.527.078	9.457.375	297.358	277.571
Ágio em subsidiárias (nota 13)	698.119	2.136.978	-	-
	9.225.197	11.594.353	297.358	277.571





JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Informações relevantes sobre os investimentos no período findo em 30 de setembro de 2014:

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Em controladas:						
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	99,00%	88.846	2	(6.101)	-	(9.851)
JBS Global Investments S.A.	100,00%	2.612	178.923	2.612	-	(16)
JBS Holding Internacional S.A.	100,00%	590.328	1.415.387	348.594	710.072	(14.163)
JBS USA, Inc.	100,00%	24.773.929	2.509.030	4.312.937	56.653.718	1.861.506
JBS Confinamento Ltda.	100,00%	683.884	533.401	457.879	83.230	(7.226)
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	100,00%	42.663	7.045	35.112	-	(1.232)
JBS Leather Italia S.R.L.	100,00%	225.843	36.160	29.285	117.318	1.970
JBS S/A (DMCC Branch)	100,00%	839	2.836	300	-	(397)
JBS Leather Paraguay	97,50%	2.023	22	(100)	4.602	(103)
JBS Holding GMBH	100,00%	4.889.181	513.385	1.386.109	1.537.705	175.276
JBS Global Luxembourg S.à.r.l.	100,00%	362.065	107.361	65.752	745.607	(35.533)
FG Holding III Ltda.	100,00%	66	53	67	-	(1)
JBS Global Meat S.A.	100,00%	266.263	135.001	135.001	-	-
Columbus Netherlands B.V.	100,00%	643.289	254.862	189.197	406.274	(6.535)
Brazservice Wet Leather S.A.	100,00%	38.189	23.063	(8.315)	37.874	(6.367)
JBS Foods S.A. ⁽¹⁾	100,00%	12.434.220	841.035	1.282.198	6.461.248	405.428
Tannery do Brasil S.A.	98,73%	27.130	29.843	15.606	26.029	(4.041)
Em coligadas:						
Vigor Alimentos S.A.	21,12%	3.588.440	1.191.378	1.262.201	1.370.956	43.798

Nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada). Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin e Novaprom, sendo os demais alocados como investimentos. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

Na controladora:

	Saldo em 31.12.13	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial		Saldo em 30.09.14
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do período	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	3.713	-	-	-	(9.753)	(6.040)
JBS Global Investments S.A.	2.513	-	115	-	(16)	2.612
JBS Holding Internacional S.A.	433.319	9.069	-	(79.631)	(14.163)	348.594
JBS Aves Ltda ⁽¹⁾	62.819	(110.878)	-	-	48.059	-
JBS USA, Inc. ⁽²⁾	4.590.739	(2.193.447)	136.538	(82.400)	1.861.506	4.312.936
JBS Confinamento Ltda.	465.105	-	-	-	(7.226)	457.879
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	36.630	-	(1.482)	1.196	(1.232)	35.112
JBS Leather Italia S.R.L.	28.477	-	(1.162)	-	1.970	29.285
JBS S/A (DMCC Branch)	33	650	14	-	(397)	300
JBS Leather Paraguay	11	-	(8)	-	(101)	(98)
JBS Holding GMBH	1.212.493	5.971	(23.847)	16.217	175.275	1.386.109
JBS Global Luxembourg S.à.r.l.	70.893	-	(2.818)	33.210	(35.533)	65.752
FG Holding III Ltda.	68	-	-	-	(1)	67
JBS Global Meat S.A.	135.001	-	-	-	-	135.001
Vigor Alimentos S.A.	257.376	-	-	-	9.252	266.628
Columbus Netherlands B.V. ⁽³⁾	110.523	82.714	4.064	(1.570)	(6.534)	189.197
Seara Holding Europe B.V. ⁽¹⁾	652.530	(636.555)	(22.273)	224	6.074	-
Baumhardt Com. Particip. Ltda	31.030	(34.388)	-	(425)	3.783	-
JBS Foods Particip. Ltda. ⁽¹⁾	1.364.102	(1.421.759)	-	(13.278)	70.935	-
Brazservice Wet Leather S.A.	-	(1.948)	-	-	(6.367)	(8.315)
JBS Foods S.A. ⁽¹⁾	-	841.034	-	35.736	405.428	1.282.198
Tannery do Brasil S.A.	-	19.398	-	-	(3.990)	15.408
Subtotal	9.457.375	(3.440.139)	89.141	(90.721)	2.496.969	8.512.625
Provisão para perda de investimentos	-	-	-	-	-	-
Brazservice, JBS Embalagens e Leather Paraguay	-	-	-	-	-	14.453
Total	9.457.375					8.527.078



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

No consolidado:

	Saldo em 31.12.13	Equivalência patrimonial		Saldo em 30.09.14
		No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do período	
Vigor Alimentos S.A.	257.376	-	9.252	266.628
Meat Snacks Partners Ltda.	20.195	(26)	10.561	30.730
Total	277.571	(26)	19.813	297.358

(i) - Conforme definido no IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis intermediárias, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) - Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

Detalhamento das principais adições e baixas dos investimentos do período:

(1) - Em 31 de março de 2014 foi efetuada a reestruturação societária através de venda, por valor contábil, da empresa JBS Foods Ltda e capitalização das participações da Companhia nas subsidiárias JBS Aves e Seara Holding para a subsidiária JBS Foods S.A., criada para receber essas operações. O total da venda do investimento na JBS Foods Ltda foi no montante de R\$ 1.421.759 mais ágio de R\$ 1.376.660 somando o total de R\$ 2.798.419 e da capitalização dos investimentos na JBS Aves e Seara Holding no montante total de R\$ 841.034. Adicionalmente, em agosto de 2014 foi realizado a venda da totalidade da participação da Companhia na holding Baumhardt, bem como de sua participação direta na subsidiária Excelsior pelo valor total de R\$ 47.224, sendo o valor decorrente da transferência nos investimentos de R\$ 34.388 e ágio de R\$ 12.836.

(2) - JBS USA, Inc. – Ao final do trimestre, a JBS USA remeteu o montante de US\$ 994.375 equivalente a dividendos e redução de capital.

(3) - Columbus Netherlands B.V. - Em setembro de 2014 a Companhia efetuou aumento de capital através da quitação do saldo de conta corrente.

Eventos subsequentes:

(i) - Em 23 de outubro de 2014, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Tyson do Brasil Ltda., sociedade responsável pelas operações de aves da Tyson Foods, Inc no Brasil. Conforme divulgado ao mercado, a Companhia em conjunto com sua controlada indireta Pilgrim's Pride Corporation (PPC) celebraram um acordo definitivo para aquisição da totalidade das operações de aves da Tyson Foods, Inc. no México e no Brasil. A operação no México será adquirida pela PPC, enquanto que a operação no Brasil será adquirida pela JBS Foods S.A. (diretamente ou por qualquer de suas controladas) O preço total a ser pago será de US\$575,0 milhões (US\$ 400 milhões pelas operações do México e US\$ 175 milhões pelas operações do Brasil).

(ii) - No dia 21 de outubro de 2014, a JBS S.A., nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, informou aos seus investidores e ao mercado em geral, que a CVM deferiu, em 17 de outubro de 2014, o pleito realizado na mesma data pela sua subsidiária integral JBS Foods S.A. ("JBS Foods S.A.") de cancelamento de pedido de registro de oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão e de registro de emissor de valores mobiliários, tendo em vista o novo cronograma definido para a operação. No dia 20 de outubro de 2014, a JBS Foods apresentou, perante a CVM, um novo pedido de (i) registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A", nos termos da Instrução CVM nº 480, de 4 de abril de 2009, conforme alterada; e (ii) registro de oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da JBS Foods, a ser realizada no Brasil. A oferta está sujeita à concessão dos registros pela CVM e às condições de mercado.

12 Imobilizado

Controladora	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
				30.09.14	31.12.13
Imóveis	3.142.711	116.620	(538.732)	2.720.599	2.757.435
Terra nua e terrenos	1.102.217	9.305	-	1.111.522	988.544
Máquinas e equipamentos	4.851.669	44.141	(1.436.498)	3.459.312	3.424.150
Instalações	1.269.563	21.737	(296.978)	994.322	826.721
Equipamentos de informática	198.545	682	(112.906)	86.321	96.871
Veículos	569.851	51	(153.747)	416.155	293.104
Obras em andamento	1.327.677	-	-	1.327.677	828.605
Outros	235.582	1.234	(37.350)	199.466	176.906
	12.697.815	193.770	(2.576.211)	10.315.374	9.392.336

Consolidado	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
				30.09.14	31.12.13
Imóveis	9.276.590	116.620	(1.910.358)	7.482.852	7.369.250
Terra nua e terrenos	2.720.369	9.305	-	2.729.674	2.399.488
Máquinas e equipamentos	12.917.790	44.141	(5.499.523)	7.462.408	7.337.010
Instalações	1.843.170	21.737	(503.888)	1.361.019	1.195.665
Equipamentos de informática	480.266	682	(296.907)	184.041	200.588
Veículos	871.067	51	(385.543)	485.575	352.418
Obras em andamento	2.298.364	-	(450)	2.297.914	1.430.774
Outros	1.084.719	1.234	(409.972)	675.981	655.423
	31.492.335	193.770	(9.006.641)	22.679.464	20.940.616

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

A Companhia acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Taxas ponderadas anuais de depreciação em 30 de setembro de			
	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Imóveis	3,07%	3,61%	3,04%	4,37%
Terra nua e terrenos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Máquinas e equipamentos	6,39%	8,57%	6,24%	8,57%
Instalações	4,93%	5,27%	5,23%	5,31%
Equipamentos de informática	11,70%	14,31%	12,22%	16,00%
Veículos	9,87%	9,33%	10,89%	10,44%
Outros	2,33%	7,11%	3,17%	3,77%

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	31.12.13	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	30.09.14
Imóveis	2.757.435	38.374	(164)	(75.046)	2.720.599
Terra nua e terrenos	988.544	122.978	-	-	1.111.522
Máquinas e equipamentos	3.424.150	274.399	(4.789)	(234.448)	3.459.312
Instalações	826.721	215.661	(266)	(47.794)	994.322
Equipamentos de informática	96.871	7.140	(204)	(17.486)	86.321
Veículos	293.104	194.961	(29.722)	(42.188)	416.155
Obras em andamento ⁽¹⁾	828.605	499.072	-	-	1.327.677
Outros	176.906	26.841	(143)	(4.138)	199.466
	9.392.336	1.379.426	(35.288)	(421.100)	10.315.374

⁽¹⁾ - As adições em obras em andamento estão apresentadas, para fins de demonstrações contábeis intermediárias, líquidas de transferências, sendo assim compostas em 30 de setembro de 2014:

(+) Adições no período: R\$ 696.314

(-) Transferência para ativo específico (finalização de obras): (R\$ 197.242);

(=) Adições líquidas de transferências: R\$ 499.072.

Consolidado	31.12.13	Aquisições ⁽¹⁾	Adições líquidas de transferências ⁽²⁾	Baixas	Ajustes CPC 15	Depreciação	Variação Cambial	30.09.14
Imóveis	7.369.250	29.205	238.239	(18.795)	17.403	(254.060)	101.610	7.482.852
Terra nua e terrenos	2.399.488	15.869	292.183	(5.720)	-	-	27.854	2.729.674
Máquinas e equipamentos	7.337.010	32.738	834.913	(27.663)	3.650	(832.884)	114.644	7.462.408
Instalações	1.195.665	7.049	240.394	(9.654)	(25)	(73.735)	1.325	1.361.019
Equipamentos de informática	200.588	180	32.637	(569)	(731)	(51.601)	3.537	184.041
Veículos	352.418	1.193	234.463	(42.796)	3	(60.971)	1.265	485.575
Obras em andamento	1.430.774	179	828.989	-	-	-	37.972	2.297.914
Outros	655.423	10.614	76.700	(20.072)	(21)	(57.935)	11.272	675.981
	20.940.616	97.027	2.778.518	(125.269)	20.279	(1.331.186)	299.479	22.679.464

Ajustes CPC 15

Conforme normas IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) - Combinações de negócios, a JBS Foods S.A. realizou a avaliação contábil a valor justo das combinações de negócios das empresas do Grupo Seara e da Massa Leve. Para realização da avaliação do valor justo, foi contratada uma empresa especializada para emitir o laudo técnico de avaliação.

⁽¹⁾ - As aquisições de R\$ 97.027 referem-se a Sul Valle, Massa Leve, Frinal, Avebom e Eleven no consolidado da JBS Foods S.A.

⁽²⁾ - As adições de R\$ 2.778.528 são compostas por diversas aquisições e obras em andamento pulverizadas, entretanto, contemplam o montante de R\$ 223.697 na Controladora referente à implementação de plantas frigoríficas recentemente adquiridas aguardando levantamento físico por empresa especializada, incluindo Kaiowa, bem como renovação da frota de caminhões; R\$ 215.062 na subsidiária JBS Foods S.A. referente à aquisição da planta em Carambei; e R\$ 131.262 referente à finalização da combinação de negócios da aquisição da Global Meat e Midtown.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Parte do aumento em obras em andamento na controladora, com reflexo no consolidado, é decorrente, principalmente, das recentes aquisições de ativos pela Companhia. Os ativos são registrados como obras em andamento e subsequentemente transferidos para as respectivas contas de patrimônio a que se referem, vide nota explicativa 19.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 30 de setembro de 2014, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R\$ 193.770, a reserva de reavaliação é de R\$ 89.007 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R\$ 41.279. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 63.484.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada, onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009. A partir de 1 de janeiro de 2010 as novas aquisições são registradas com vida útil estimada dos ativos e anualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados são devidamente revisadas e, quando aplicável alteradas.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo IAS 23/CPC 20 R1 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos direta e indiretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, encontram-se apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Imobilizado em andamento	1.269.623	788.961	2.180.301	1.345.960
(+) custos de empréstimos capitalizados	58.054	39.644	117.613	84.814
	1.327.677	828.605	2.297.914	1.430.774

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, o montante de juros capitalizados em obras em andamento, compondo o montante das adições na Controladora é de R\$ 26.549.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

Em atendimento as exigências do IAS 36/CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2013, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. As premissas do teste anual de recuperação estão descritas na nota explicativa 13.

Eventos subsequentes: Em 3 de outubro de 2014, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições a aquisição pela Seara Alimentos Ltda, controlada da JBS Foods S.A., de duas unidades de processamento de aves, incluindo duas fábricas de ração e três incubatórios da Céu Azul Alimentos Ltda, o preço estimado a ser pago será de R\$ 246 milhões.

13 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Ágio (de incorporações e em subsidiárias)	9.085.970	9.085.970	12.867.956	12.702.971
Marcas e patentes	452.578	452.578	1.150.755	1.553.916
Softwares	9.239	8.489	47.517	34.672
Direito de exploração do uso da água	-	-	78.148	74.844
Carteira de clientes	-	-	1.045.799	603.152
Outros intangíveis	-	-	5.571	6.108
	9.547.787	9.547.037	15.195.746	14.975.663

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A média ponderada das taxas de amortização dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Taxas ponderadas anuais de amortização em 30 de setembro de			
	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Marcas e patentes	-	9%	-	9%
Softwares	20%	23%	20%	26%
Direito de exploração do uso da água	-	9%	-	9%
Carteira de clientes	-	13%	-	12%
Outros intangíveis	-	23%	-	24%

Movimentação do Intangível

Controladora	31.12.13	Adição	Baixa	Amortização	30.09.14
Ágio de incorporações	9.085.970	-	-	-	9.085.970
Marcas e patentes	452.578	-	-	-	452.578
Softwares	8.489	4.842	(973)	(3.119)	9.239
	9.547.037	4.842	(973)	(3.119)	9.547.787

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Consolidado	31.12.13	Aquisições ⁽¹⁾	Adição ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Ajustes CPC 15	Amortização	Variação Cambial	30.09.14
Ágio de incorporações	12.702.971	-	375.426	(194.966)	(48.352)	-	32.877	12.867.956
Marcas e patentes	1.553.916	133	48.244	(37.607)	(420.806)	(3.425)	10.300	1.150.755
Softwares	34.672	682	23.084	(1.053)	-	(10.028)	160	47.517
Direito de exploração do uso da água	74.844	-	-	-	-	(76)	3.380	78.148
Carteira de clientes	603.152	-	-	-	475.938	(56.885)	23.594	1.045.799
Outros intangíveis	6.108	1.136	-	(1.136)	-	(697)	160	5.571
	14.975.663	1.951	446.754	(234.762)	6.780	(71.111)	70.471	15.195.746

Ajustes CPC 15

Conforme normas IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) - Combinações de negócios, a Companhia e a JBS Foods S.A. realizaram a avaliação contábil a valor justo das combinações de negócios das empresas do Grupo Seara e da Massa Leve. Para realização da avaliação do valor justo, foi contratada uma empresa especializada para emitir o laudo técnico de avaliação.

⁽¹⁾ - As aquisições de R\$ 1.951 referem-se a Sul Valle, Massa Leve, Frinal S.A., Avebom e Eleven no consolidado da JBS Foods S.A.

⁽²⁾ - As adições em ágio de incorporação do período referem-se à geração de ágio pela subsidiária indireta Seara Alimentos na aquisição das ações da Sul Valle no montante de R\$ 9.625 e da Massa Leve no montante de R\$ 238.463; e pela subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição da Frinal no montante de R\$ 52.795, da Avebom no montante de R\$ 71.669 e da Eleven no montante de R\$ 2.874.

⁽³⁾ - A baixa em intangível na linha de Ágio de Incorporações está refletida como adição do imobilizado e refere-se à finalização da combinação de negócios da aquisição da Global Meat e Midtown, onde o ágio preliminar foi alocado de forma final em ativo imobilizado com mais valia, sendo reclassificado para ativo imobilizado, vide nota 12.

As despesas com amortização são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas".

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - demonstrações contábeis intermediárias individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin e Novaprom, sendo os demais alocados como investimentos. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

Detalhamento do Ágio
Na Companhia - Registrados como intangível (Ágio)

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R\$ 11.987.963, o que gerou um ágio fundamentado por rentabilidade futura na aquisição da Bertin de R\$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de negócios, representa o valor residual na apuração do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Na Combinação de Negócios foi alocado o montante de R\$ 414.111 para as contas de imobilizado e intangível.

A Companhia incorporou sua subsidiária integral Novaprom, que possuía um ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 16.044. Com a incorporação, na Controladora o ágio sai da linha de investimento e fica alocado sobre a rubrica do intangível.

Na Companhia - Registrados como investimento (Ágio em subsidiárias)

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 906.481, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 248.654, apresentando um valor líquido de R\$ 657.827 em 30 de setembro de 2014.

Em setembro de 2013, a Companhia adquiriu a empresa Columbus, holding do Grupo Zenda, tendo apurado um ágio no montante de R\$ 40.292 fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

No consolidado - Registrados como intangível (Ágio)

A JBS USA possui ágio no montante de US\$ 223.549 mil, que corresponde em 30 de setembro de 2014 a R\$ 545.757 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield Beef, Tasman e Five Rivers.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias indiretas JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias indiretas adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de \$ 14.110 mil pesos, que corresponde em 30 de setembro de 2014 a R\$ 4.081. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A JBS Global Luxembourg possui ágio no montante de EUR 5.188 mil, que corresponde em 30 de setembro de 2014 a R\$ 16.059 proveniente da aquisição do Grupo Toledo, fundamentado na mais valia de ativos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

A subsidiária JBS Foods S.A. possui outros ágios decorrentes de aquisição de empresas, e fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 1.044.071, conforme abaixo:

- i) Parc Castell por aquisição da Valores Catalanes S.A. no montante de R\$ 497.985
- ii) Seara Alimentos por aquisição da Massa Leve - R\$ 196.922
- iii) Frigorífico Mabella Ltda por aquisição das subsidiárias Pena Branca, MBL, Mas do Brasil, Braslo e Brusand - R\$ 123.124
- iv) JBS Aves por aquisição da Avebom - R\$ 71.669
- v) JBS Aves por aquisição da Frinal S.A. - R\$ 52.795
- vi) JBS Aves por aquisição da Agrovêneta Indústria de Alimentos - R\$ 33.618
- vii) Masfrangos Part. Ltda por aquisição da Agrofrango - R\$ 28.351
- viii) Babicora Holding Part. Ltda por aquisição da Seara Alimentos - R\$ 11.111
- ix) Mas do Brasil Part Ltda por aquisição da Penasul Ltda - R\$ 9.974
- x) Seara Alimentos por aquisição da subsidiária Sul Valle - R\$ 9.625
- xi) Brusand LTD por aquisição da subsidiária Penasul UK - R\$ 5.976
- xii) JBS Aves por aquisição da Eleven - R\$ 2.874
- xiii) JBS Aves por aquisição da Agil - R\$ 47

A JBS Foods S.A. possui ágio no montante de R\$ 1.348.820 referente a aquisição da JBS Foods Ltda. e R\$ 12.835 referente a aquisição da Excelsior Alimentos Ltda, ambos fundamentados por expectativa de rentabilidade futura.

As demais subsidiárias da Companhia possuem outros ágios decorrentes de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 112.244, conforme abaixo:

- i) JBS Handels GmbH por aquisição da subsidiária Holding Inc. - R\$ 25.881
- ii) Itaholb International B.V. por aquisição da subsidiária Rigamonti - R\$ 71.615
- iii) Capital Joy Holding Limited - R\$ 6.476
- iv) Trump Asia Enterprises Ltd por aquisição da subsidiária Wonder Best - R\$ 2.412
- v) JBS Paraguay S.A. pela aquisição da subsidiária IFPSA - R\$ 5.860

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 Combinações de Negócios. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de negócios.

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 10 anos variaram de 3% a 4% ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 8,9% a 10,2% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de vendas** – As receitas foram projetadas entre 2014 e 2022 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.
- **Investimentos de capital** – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infraestrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Commodities - Compra de gado	623.679	770.546	1.971.894	1.902.201
Materiais e serviços	570.596	541.944	3.859.505	3.096.015
Produtos acabados	73.646	58.715	234.245	344.172
	1.267.921	1.371.205	6.065.644	5.342.388

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem.

Passivo Circulante

Modalidade	Juros e comissões anuais	Controladora	
		30.09.14	31.12.13
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 1,98% a 3,50%	4.939.291	3.008.575
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 7%	438.906	1.300.677
144-A	Variação cambial e juros de 6,25% a 10,50%	226.336	199.341
Nota de crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85% ou 118% CDI	103.319	12.025
		5.707.852	4.520.618
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	89.985	77.967
BNDES automático - TJLP	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	-	1.222
BNDES automático - Cestas de moeda	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	-	124
Capital de giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 120% CDI	860.283	862.188
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	2.239	354
Nota de crédito - exportação	Juros de 1,2% a 8,54% ou 100% a 118,5% do CDI	1.401.034	1.112.611
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	-	50
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.054	4.075
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	12.929	3.148
FINEP	Juros de 4,0% a 4,5%	1.724	1.726
Debêntures	127,6% do CDI e IPCA + 9%	236.409	255.039
		2.608.657	2.318.504
		8.316.509	6.839.122

Passivo Não Circulante

		Controladora	
Modalidade	Juros e comissões anuais	30.09.14	31.12.13
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 7%	451.270	1.412.126
144-A	Variação cambial e juros de 6,25% a 10,50%	9.291.175	7.738.003
Nota de crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85% ou 118% CDI	101.090	193.238
		9.843.535	9.343.367
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	262.641	225.639
Capital de giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 120% CDI	1.371.971	1.940.536
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	33.236	43.765
Nota de crédito - exportação	Juros de 1,2% a 8,54% ou 100% a 118,5% do CDI	1.878.191	1.962.434
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	9.673	12.660
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	3.282	4.066
FINEP	Juros de 4% a 4,5%	5.844	7.127
Debêntures	127,6% do CDI e IPCA + 9%	-	214.255
		3.564.838	4.410.482
		13.408.373	13.753.849
Desmembramento:			
Passivo circulante		8.316.509	6.839.122
Passivo não circulante		13.408.373	13.753.849
		21.724.882	20.592.971

**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

O vencimento do passivo não circulante compõe-se:

2015	599.427	2.514.791
2016	3.191.898	3.947.468
2017	957.899	698.546
2018	2.399.400	2.326.206
2019	33.609	5.498
2020	2.447.127	2.373.563
2021	4.639	2.471
Vencimentos após 2021	3.774.374	1.885.306
	13.408.373	13.753.849

Passivo Circulante

		Consolidado	
Modalidade	Juros e comissões anuais	30.09.14	31.12.13
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 1,98% a 3,50%	5.018.330	3.069.450
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 7%	1.595.929	1.418.119
144-A	Variação cambial e juros de 6,25% a 10,50%	226.336	199.341
Nota de crédito - importação	Variação cambial e juros de 11,25%	15.756	23.424
Nota de Crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85% ou 118% CDI	103.319	12.025
Linha de crédito canadense - crédito rotativo	CDOR ou RBC Prime + taxa aplicável	208	351
Linha de crédito canadense - term loan	Juros de 3,65%	2.054	1.994
Linha bancária canadense	Juros de 3,5%	3.279	14.822
Linha de crédito LCAL	Juros de 3,9%	32	-
		6.965.243	4.739.526
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	104.325	78.796
JBS Mortgage	Juros de 5,8% a 8,4%	27.941	4.416
BNDES automático - TJLP	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	-	1.222
BNDES automático - Cestas de moeda	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	-	124
US revolver	Libor ou Prime + taxa aplicável	287	169
Term Loan com vencimento em 2018	Alternate Base Rate ("ABR")+1,75% / Eurodollar+2,75%	9.507	21.273
Five Rivers term loan	Libor + 2,75% ou Prime + 1,5%	14.314	13.707
Senior notes vencimento 2020	Juros de 8,25%	22.804	55.993
Senior notes vencimento 2021	Juros de 7,25%	66.981	15.733
Senior notes vencimento 2024	Juros de 5,875%	28.199	-
PPC - US Senior note vencimento 2018	Juros de 7,875%	27.880	3.844
PPC - US credit facility - term loans	Juros de 2,4% a 9,0%	-	972.220
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	600	131
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	5.066	4.734
Marshalltown	Juros de 2,34%	44	42
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 120% CDI	869.481	866.662
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	282.493	252.987
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	156.767	137.829
Capital de giro - Pesos Argentinos	Juros de 18,77%	2.465	7.297
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 8,54% ou 100% a 118,5% do CDI	1.718.240	1.120.735
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1.637	1.803
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.054	4.075
Nota de crédito - importação	Juros de 4,44% (Libor e Juros 2,80%)	238.845	202.308
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos	Juros de 4,0% a 4,5%	5.710	5.719
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	12.929	3.148
Nota de crédito - rural	Juros de 5,5%	225.386	160.325
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Juros de 1%	57.601	47
Custeio Pecuário	Juros de 5,5%	376.966	486.993
Term loan com vencimento em 2020	Alternate Base Rate ("ABR")+1,75% / Eurodollar+2,75%	13.650	13.055
Debêntures	127,6% do CDI e IPCA + 9%	236.409	255.039
Outros		7.616	940
		4.518.197	4.691.366
		11.483.440	9.430.892



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Passivo Não Circulante

		Consolidado	
Modalidade	Juros e comissões anuais	30.09.14	31.12.13
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 7%	2.446.463	2.553.208
144-A	Variação cambial e juros de 6,25% a 10,50%	9.291.175	7.738.003
Nota de Crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85% ou 118% CDI	101.090	193.238
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 1,98% a 3,50%	-	23.436
Linha de crédito canadense - crédito rotativo	CDOR ou RBC Prime + taxa aplicável	178.239	142.554
Linha de crédito canadense - term loan	Variação cambial e juros de 3,65%	32.834	34.134
Linha de crédito LCAL	Juros de 3,9%	9.422	-
		12.059.223	10.684.573
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	288.009	227.570
JBS Mortgage	Juros de 5,8% a 8,4%	5.951	31.257
US revolver	Libor ou Prime + taxa aplicável	672.437	-
Term loan com vencimento em 2018	Alternate Base Rate ("ABR")+1,75% / Eurodollar+2,75%	991.233	1.063.330
Five Rivers term loan	Libor + 2,75% ou Prime + 1,5%	151.964	154.874
Senior note vencimento 2020	Juros de 8,25%	1.683.903	1.605.161
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	2.755.681	2.584.448
Senior notes vencimento 2024	Juros de 5,875%	1.831.937	-
PPC - US Senior note vencimento em 2018	Juros de 7,875%	1.186.627	1.116.598
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	8.620	8.511
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	21.375	23.878
Marshalltown	Juros de 2,34%	23.667	22.545
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 120% CDI	1.388.564	1.958.748
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	32.476	47.197
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	33.236	45.475
Capital de giro - Pesos Argentinos	Juros de 18,77%	3.128	-
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 8,54% ou 100% a 118,5% do CDI	2.597.790	2.405.592
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	5.044	6.238
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	9.673	12.660
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos	Juros de 4% a 4,5%	23.293	27.539
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	3.282	4.066
Term loan com vencimento 2020	Alternate Base Rate ("ABR")+1,75% / Eurodollar+2,75%	1.161.181	1.080.901
Nota de crédito - rural	Juros de 5,5%	5.009	-
Debêntures	127,6% do CDI e IPCA + 9%	-	214.255
Outros		-	5.033
		14.884.080	12.645.876
		26.943.303	23.330.449
Desmembramento:			
Passivo circulante		11.483.440	9.430.892
Passivo não circulante		26.943.303	23.330.449
		38.426.743	32.761.341
O vencimento do passivo não circulante compõe-se:			
2015		1.050.241	3.000.141
2016		4.542.841	4.557.716
2017		1.637.634	1.083.776
2018		5.244.838	5.029.761
2019		743.532	32.617
2020		5.289.983	5.073.542
2021		2.798.376	2.651.133
Vencimentos após 2021		5.635.858	1.901.763
		26.943.303	23.330.449

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia e pelas controladas JBS Argentina e subsidiárias da JBS Foods S.A. e representam US\$ 2.070.963 em 30 de setembro de 2014 (US\$ 1.320.299 em 31 de dezembro de 2013), destinados a financiamento das operações de exportações.

CDC – Contrato de Financiamento de Capital de Giro, crédito tomado junto a instituições financeiras pela JBS S.A., para financiamento da frota de caminhões na divisão de transporte.

144-A – Refere-se a seis emissões de notas sob a regra 144-A: (i) Notas 2016 - JBS S.A. no montante de US\$ 300 milhões e com cupom de 10,50% a.a.; (ii) Notas 2016 da Bertin (sociedade da qual a Companhia é sucessora) no montante de US\$ 350 milhões e cupom de 10,25% a.a.; (iii) Notas 2018 - JBS S.A. no montante de US\$ 900 milhões e cupom de 8,25% a.a.; (iv) Notas 2020 - JBS S.A., no montante de US\$ 1 bilhão e cupom de 7,75% a.a.; (v) Notas 2023 - JBS S.A., no montante de US\$ 775 milhões e cupom de 6,25% a.a. e (iv) Notas 2024 - JBS S.A., no montante de US\$ 750 milhões e cupom de 7,25% a.a.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Em junho de 2014 houve o pagamento parcial das Notas 2016 da JBS S.A., no montante de US\$ 115.857 (R\$ 255.175) de principal e juros de US\$ 4.774 (R\$ 10.516) e Notas 2016 da Bertin S.A., no montante de US\$ 147.066 (R\$ 323.913) de principal e juros de US\$ 3.350 (R\$ 7.378), feitos pela JBS USA em nome da JBS S.A. A Companhia, ainda incorreu no pagamento de US\$ 40.753 (R\$ 90.451) por prêmio de liquidação antecipada das referidas Notas, tal valor está registrado sobre a rubrica de juros passivos.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

Custeio Pecuniário – Refere-se à captação de recursos pela controlada indireta Seara Alimentos Ltda junto aos Bancos Itaú, Banco do Brasil, Santander, Bradesco e Caixa com o propósito de fomentar a cadeia produtiva (rural). O pagamento será efetuado dentro do prazo de um ano, com taxa de juros de 5,50% a.a.

Linha de Crédito Sênior Garantida - Em 30 de junho de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC aditou o Contrato de Crédito existente para fornecer uma disponibilidade máxima de US\$ 850 milhões sob uma linha de Crédito Rotativo, com uma taxa de juros de LIBOR ou Prime mais margens aplicáveis e prazo de 5 anos.

Term Loan com vencimento em 2018 - Em 27 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US\$ 475 milhões com prazo de 7 anos e custo de ABR + 1,75% ou LIBOR + 2,75% ao ano.

Term Loan com vencimento em 2016 - Em 14 de junho de 2011 a subsidiária indireta JBS Five Rivers efetuou a captação de US\$ 85 milhões com prazo de 5 anos e custo de LIBOR + 2,75% ou Prime +1,5% ao ano.

Term Loan com vencimento em 2020 - Em 18 de setembro de 2013 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US\$ 500 milhões com prazo de 7 anos e custo de: ABR mais 1,75% ou LIBOR + 2,75% ao ano.

Notas 2024 - JBS S.A. - Em 3 de abril de 2014, a subsidiária JBS Investments GmbH emitiu notas seniores com vencimento em 2024, com valor principal total de US\$ 750 milhões com prazo de 10 anos e custo de 7,25% ao ano.

Notas 5,875% com vencimento em 2024 – Em 25 de junho de 2014, a subsidiária JBS USA, emitiu as Notas 5,875% com vencimento em 2024, com valor US\$750,0 milhões com prazo de 10 anos e custo de 5,875% ao ano.

Nota de crédito Rural – Refere-se à captação de recursos pela controlada direta JBS Aves de recursos junto à Caixa Econômica Federal, com o propósito de fomentar a cadeia produtiva (rural). O pagamento será efetuado dentro do prazo de um ano, tendo como garantidora a controladora J&F Participações S.A.

16 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Em 30 de setembro de 2014 todos os covenants foram cumpridos. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da controladora e de suas subsidiárias.

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006 a Companhia emitiu notas com vencimento em 2016, com valor principal total de US\$ 300 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, a partir de 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Em 10 de julho de 2014 a Companhia anunciou os resultados da compra relacionada à sua oferta de aquisição e solicitações de consentimento de todo e qualquer valor em aberto das Notas 2016. Como resultado da oferta, a Companhia comprou aproximadamente US\$116,4 milhões do valor principal das Notas 2016, representando aproximadamente 38,8% do então valor em aberto das Notas 2016. A Companhia não obteve os consentimentos necessários para a execução de uma alteração da escritura que rege as Notas 2016, conforme estabelecido na oferta de aquisição. Portanto, uma escritura suplementar não foi executada.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (conforme definida na escritura de emissão que rege as Notas 2016) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016, sujeita a determinadas exceções. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, JBS USA, LLC e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 da Bertin - a Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 da Bertin, no valor principal total de US\$ 350 milhões, em 13 de outubro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 da Bertin S.A. são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 da Bertin será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Em 14 de dezembro de 2009 a Bertin concluiu o processo de solicitação de consentimento relativa às Notas 2016 da Bertin. A solicitação de consentimento (1) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2016 da Bertin a conformar as disposições do contrato que rege as Notas 2016 (2) alterou as disposições sobre mudança de controle para excluir a incorporação da Bertin como um evento que provocaria uma mudança de controle nos termos das Notas 2016 da Bertin. A escritura de emissão complementar implementando estas alterações das Notas 2016 da Bertin foi assinada em 22 de dezembro de 2009.

Em 10 de julho de 2014 a Companhia anunciou os resultados da compra relacionada à sua oferta de aquisição e solicitações de consentimento de todo e qualquer valor em aberto das Notas 2016 da Bertin. Como resultado da oferta antecipada, a Companhia comprou aproximadamente US\$147,7 milhões do valor principal das Notas 2016 da Bertin, representando aproximadamente 42,2% do então valor em aberto das Notas 2016 da Bertin. A Companhia não obteve os consentimentos necessários para a execução de uma alteração da escritura que rege as Notas 2016 da Bertin, conforme estabelecido na oferta de aquisição. Portanto, uma escritura suplementar não foi executada.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da Bertin exige que qualquer "subsidiária material" (como definido no prospecto de emissão das Notas 2016 da Bertin) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da Bertin. As Notas 2016 da Bertin são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia). Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da Bertin no futuro.

Restrições Contratuais (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 da Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 da Bertin incluem restrições contratuais que limitam a Companhia (na qualidade de sucessora legal da Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 da Bertin estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016 da Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin prevê, ainda, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 da Bertin à época poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 da Bertin.

Notas 2018 - JBS S.A. - Em 29 de julho de 2010 a JBS Finance II Ltd., uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2018, com valor principal total de US\$ 700 milhões e em 10 de setembro de 2010 a Companhia emitiu notas adicionais com valor principal de US\$ 200 milhões nos termos da escritura que rege as Notas 2018. Os juros incidentes sobre as Notas 2018 são de 8,25% ao ano e devidos semestralmente em 29 de janeiro e 29 de julho de cada ano, com início em 29 de janeiro de 2011. O valor principal das Notas 2018 será integralmente devido em 29 de janeiro de 2018.

As Notas 2018 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2018 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2018.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2018 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2018) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2018 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2018; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2018, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2018; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2018; e (iii) o valor total a ser pago não exceda (a) 50% do lucro líquido agregado apurado em base cumulativa durante o período, considerado como um período contábil único, que se inicia no primeiro dia do trimestre fiscal em que a data da emissão das Notas 2018 ocorreu e se encerra no último dia da demonstração trimestral mais recente da JBS publicamente disponível, ou, se o lucro líquido agregado for prejuízo, menos 100% do valor do prejuízo, mais (b) 100% do caixa recebido pela JBS com a emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes da data de emissão das Notas 2018, mais (c) 100% do valor de mercado de propriedades, que não sejam caixa, recebidas pela JBS a partir da data de emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes a data de emissão das Notas 2018.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2018 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2020 - JBS S.A. - Em 28 de outubro de 2013, a JBS Investments GmbH, uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2020, com valor principal total de US\$ 1 bilhão. Os juros incidentes sobre as Notas 2020 são de 7,75% ao ano e devidos semestralmente em 28 de abril e 28 de outubro de cada ano, com início em 28 de abril de 2014. O valor principal das Notas 2020 será integralmente devido em 28 de outubro de 2020.

As Notas 2020 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2020 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2020.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2020 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2020) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2020 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2020; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2020, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2020; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2020; e (iii) o valor total a ser pago não exceda (a) 50% do lucro líquido agregado apurado em base cumulativa durante o período, considerado como um período contábil único, que se inicia em 1 de janeiro de 2013 e se encerra no último dia da demonstração trimestral mais recente da JBS publicamente disponível, ou, se o lucro líquido agregado for prejuízo, menos 100% do valor do prejuízo, mais (b) 100% do caixa recebido pela JBS com a emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes da data de emissão das Notas 2020, mais (c) 100% do valor de mercado de propriedades, que não sejam caixa, recebidas pela JBS a partir da data de emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes a data de emissão das Notas 2020.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2020 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2023 - JBS S.A. - Em 5 de fevereiro de 2013, a JBS Investments GmbH, uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2023, com valor principal total de US\$ 500 milhões, e em 11 de abril de 2013 a Companhia emitiu notas adicionais com valor principal de US\$ 275 milhões nos termos da escritura que rege as Notas 2023. Os juros incidentes sobre as Notas 2023 são de 6,25% ao ano e devidos semestralmente em 5 de fevereiro e 5 de agosto de cada ano, com início em 5 de agosto de 2013. O valor principal das Notas 2023 será integralmente devido em 5 de fevereiro de 2023.

As Notas 2023 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2023 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2023.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2023 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2023) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2023 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2023; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2023, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2023; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2023; e (iii) o valor total a ser pago não exceda (a) 50% do lucro líquido agregado apurado em base cumulativa durante o período, considerado como um período contábil único, que se inicia no primeiro dia do trimestre fiscal em que a data da emissão das Notas 2023 ocorreu e se encerra no último dia da demonstração trimestral mais recente da JBS publicamente disponível, ou, se o lucro líquido agregado for prejuízo, menos 100% do valor do prejuízo, mais (b) 100% do caixa recebido pela JBS com a emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes da data de emissão das Notas 2023, mais (c) 100% do valor de mercado de propriedades, que não sejam caixa, recebidas pela JBS a partir da data de emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes a data de emissão das Notas 2023.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2023 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2024 - JBS S.A. - Em 3 de abril de 2014, a JBS Investments GmbH, uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2024, com valor principal total de US\$ 750 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2024 são de 7,25% ao ano e devidos semestralmente em 3 de abril e 3 de outubro de cada ano, com início em 3 de outubro de 2014. O valor principal das Notas 2024 será integralmente devido em 3 de abril de 2024.

As Notas 2024 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2024 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2024.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2024 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2023) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2024 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2023; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2024, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2024; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2024; e (iii) o valor total a ser pago não exceda (a) 50% do lucro líquido agregado apurado em base cumulativa durante o período, considerado como um período contábil único, que se inicia em 1 de janeiro de 2013 e se encerra no último dia da demonstração trimestral mais recente da JBS publicamente disponível, ou, se o lucro líquido agregado for prejuízo, menos 100% do valor do prejuízo, mais (b) 100% do caixa recebido pela JBS com a emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes da data de emissão das Notas 2024, mais (c) 100% do valor de mercado de propriedades, que não sejam caixa, recebidas pela JBS a partir da data de emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes a data de emissão das Notas 2024.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2024 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Descrição dos empréstimos da JBS USA

Linha de Crédito Sênior Garantida — Em 5 de Novembro de 2008, a JBS USA celebrou uma linha de Crédito Rotativo Sênior com Garantia ("Contrato de Crédito") que permitiu a tomada de empréstimos de até US\$400,0 milhões. Cerca de US\$75,0 milhões do Contrato de Crédito estavam disponíveis para a emissão de Cartas de Crédito.

Em 30 de junho de 2011 a JBS USA e a JBS Austrália emitiram o Contrato de Crédito Rotativo Sindicalizado ("Crédito Rotativo") afim de aditar o Contrato de Crédito. A linha de crédito fornece uma disponibilidade máxima de US\$850,0 milhões, disponível em três tranches de US\$625,0 milhões, US\$150,0 milhões e US\$75,0 milhões. A linha de crédito inclui um sub-crédito swingline de US\$80,0 milhões. A linha de crédito tem vencimento de 30 de Junho de 2016. Até US\$250,0 milhões do Contrato de Crédito Rotativo está disponível para a emissão de Cartas de Crédito. Em 26 de janeiro de 2012, a JBS USA e a JBS Austrália assinaram a primeira alteração do contrato de Crédito Rotativo para, principalmente, incluir um sub-crédito de US\$35,0 milhões para empréstimos swingline para a JBS Austrália, que permitirá à JBS Austrália obter financiamentos no mesmo dia sob a linha de Crédito Rotativo.

Em 15 de agosto de 2014, a JBS USA e JBS Austrália firmaram a Linha de Crédito Rotativo Sênior (a "Crédito Rotativo Alterado e Retificado") para aumentar a disponibilidade máxima de empréstimo para US\$ 900,0 milhões disponíveis em três tranches de US\$675,0 milhões, US\$150,0 milhões e US\$75,0 milhões. A linha de crédito inclui um sub-crédito swingline de US\$75,0 milhões e US\$35,0 milhões para a JBS Austrália. A linha de crédito tem vencimento de 15 de agosto de 2019. Os empréstimos incorrem juros com base na taxa LIBOR ou na taxa prime mais margens aplicáveis, que são baseadas na utilização da linha.

Disponibilidade: A disponibilidade do Crédito Rotativo Alterado e Retificado é sujeita à base de empréstimos. Esta se baseia em determinados ativos das subsidiárias integrais nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. A base de empréstimos corresponde a porcentagens de contas a receber, estoques e suprimentos, excluindo-se determinadas reservas de qualificação e disponibilidades. Em 30 de setembro de 2014 havia um saldo de US\$97,5 milhões em letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US\$526,3 milhões.

Garantias e Cauções: Os empréstimos feitos pela JBS USA sob o Crédito Rotativo Alterado e Retificado são garantidos pela Companhia, JBS Hungary Holdings, Kft., pela JBS USA Holdings e todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers e algumas outras subsidiárias não materiais. Todas as subsidiárias materiais da JBS Austrália são garantidoras dos empréstimos da JBS Austrália. Além disso, os empréstimos são caucionados por ônus e juros incidentes sobre contas a receber, produtos acabados e estoques de suprimentos.

Covenants: O Crédito Rotativo Alterado e Retificado contém representações ordinárias e garantias, além de restrições financeiras decorrentes, que exigem uma razão mínima e fixa de índice de cobertura de encargos de não menos do que 1,00 a 1,00. Essa razão é aplicável somente se a disponibilidade de empréstimos apresentar - se abaixo do limite mínimo, que é 10% das obrigações totais ou US\$72 milhões, dos dois o maior. O Crédito Rotativo Alterado e Retificado também contém covenants restritivas quanto a capacidade da JBS USA e de algumas de suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- estabelecer penhor sobre propriedades, rendas ou ativos;
- contrair determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- pagar antecipadamente ou cancelar determinadas dívidas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir negócio ou ativos de outras empresas;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas subsidiárias;
- entrar em novas áreas de negócio;
- realizar determinadas operações com coligadas e certas joint ventures autorizadas;
- concordar com restrições relativas à capacidade das subsidiárias realizarem dividendos;
- concordar em oferecer garantias reais sobre determinados bens sem contratos em prol de qualquer outro credor, e
- celebrar vendas/leaseback e arrendamentos operacionais.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Eventos de Inadimplemento: O Crédito Rotativo Alterado e Retificado contém cláusulas relativas à eventos de inadimplemento de praxe, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos arrolados no contrato de Crédito Rotativo Alterado e Retificado, pagamento de inadimplências de outras dívidas, inadimplemento sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, o ajuizamento de ações judiciais e quaisquer outras medidas legais cabíveis em face do credor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, além de certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência ou questões ambientais. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados ao Crédito Rotativo Alterado e Retificado. Em 30 de setembro de 2014, a JBS USA encontrava-se em conformidade com todos os covenants.

Linha de crédito ANZ – Em 7 de março de 2011, a JBS Australia celebrou uma linha de crédito garantida para financiar suas necessidades de capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Esta linha de crédito inclui um limite da carta de crédito de standby de A\$32,5 milhões e A\$20,0 milhões de linha de crédito de money market, sujeita a uma revisão anual. Em 16 de setembro de 2013, a linha de crédito foi alterada para proporcionar um limite de A\$55,0 milhões de empréstimos de trade finance e um limite de A\$23,7 milhões de carta de crédito standby. Em 18 de junho de 2014, a linha de crédito foi retificada para proporcionar um limite de A\$55,0 milhões de empréstimos de trade finance e um limite de A\$24,9 milhões de carta de crédito standby. Em 30 de setembro de 2014, existia US\$21,7 milhões de saldo de cartas de crédito e uma disponibilidade de empréstimos de US\$48,2 milhões.

Notas 4,39% com vencimento em 2019 – Em 20 de dezembro de 2010, as subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, a JBS USA, LLC e a JBS Plainwell, Inc. emitiram as notas 4,39% com vencimento em 2019 e montante total correspondendo a US\$16,0 milhões, com o fim de financiar a construção de um armazém refrigerado. Os juros são pagos trimestralmente, a partir de 1 de abril de 2011. O pagamento do principal é trimestral.

Marshalltown NMTC – Em 10 de março de 2011, a Swift Pork realizou a transação Marshalltown NMTC para financiar a construção de um centro de distribuição. A Swift Pork fez um empréstimo de US\$9,8 milhões ao juros de 2,34% ao ano pagos mensalmente durante sete anos. Do total do empréstimo, US\$7,2 milhões ("Empréstimo A") foi financiado indiretamente pela JBS USA por meio de um empréstimo alavancado e incluído em depósitos judiciais e outros ativos no Balanço Patrimonial Consolidado. O restante US\$2,6 milhões ("Empréstimo B") foi financiado pela entidade de desenvolvimento da comunidade local. Ao final dos sete anos há a opção de dissolver a transação por uma opção de venda (put) com um preço de exercício de US\$1,0 mil ou uma opção de compra (call) com um preço de exercício que será calculado pelo valor justo de mercado. Se a opção de venda ou de compra não forem exercidas, então o Empréstimo A será amortizado nos 28 anos restantes, com principal e juros pagos mensalmente e um pagamento do principal restante em março de 2046. O Empréstimo B continuará a pagar somente os juros Loan B até 2046, data de vencimento do principal e dos juros.

Dívida referente a edifício corporativo nos Estados Unidos – Em outubro de 2010, a JBS USA Holdings adquiriu sua sede corporativa em Greeley, Colorado. A JBS USA pagou US\$9,2 milhões em dinheiro e assumiu US\$20,1 milhões em dívida hipotecária. A dívida é composta por duas hipotecas em montantes correspondentes a US\$3,1 milhões e US\$17,0 milhões. As hipotecas são repagáveis mensalmente em parcelas sobre 10 e 14 anos, iniciando em 1 de novembro de 2010.

Notas 7,25% com vencimento em 2021 - Em 27 de maio de 2011, a JBS USA e JBS USA Finance, emitiram as Notas 7,25% com vencimento em 2021 e valor principal de US\$650,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo Alterado e Retificado (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias.

Os juros são devidos semestralmente em parcelas em 1 de junho e 1 de dezembro de cada ano. O valor principal dessas Notas deverá ser pago integralmente em 1 de junho de 2021. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$11,3 milhões vem sendo acumulados ao longo da duração das Notas.

Em 18 de setembro de 2013, a JBS USA e a JBS USA Finance emitiram US\$500,0 milhões em valor principal como notas adicionais às Notas 7,25% com vencimento em 2021, nos termos da escritura datada de 27 de maio de 2011. Os recursos desta emissão foram utilizados para pagar o saldo das Notas 11,625% com vencimento em 2014 e para pagar uma parte dos empréstimos sob o Crédito rotativo Alterado e Retificado. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$2,5 milhões vem sendo acumulados ao longo da duração das Notas.

Covenants: A escritura para as Notas 7,25% com vencimento em 2021 contém covenants restritivas ordinárias quanto a capacidade da JBS USA e suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- incorrer ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou fazer certos pagamentos a nossos acionistas;
- permitir restrições sobre os dividendos ou outros pagamentos restritos por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar vendas/leaseback, e
- passar por mudanças no controle sem realizar uma oferta de compra dos títulos.

Eventos de Inadimplemento: A escritura também contém eventos usuais relativos à inadimplência, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos incluídos na escritura, pagamento de inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, não pagamento de outras dívidas renunciadas ou estendidas dentro do período de carência aplicável, a apresentação de ordens judiciais contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra um inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal agregado dos títulos então pendentes podem declarar que tal principal e juros acumulados sobre os títulos são imediatamente devidos. Em 30 de setembro de 2014, a JBS USA e a JBS USA Finance estavam em conformidade com todos os covenants.

Linha de Crédito de Term Loan com vencimento em 2018 - Em 27 de maio de 2011, JBS USA contraiu um contrato de crédito que consistia em uma linha de crédito de US\$475,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo com a JBS USA Holdings, para futura transferência para a Companhia, para financiar o repagamento das dívidas de curto e médio prazos da JBS S.A. O empréstimo é garantido pela JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo Alterado e Retificado (sujeito a determinadas exceções). Os empréstimos sob este contrato podem ser tanto "ABR" (Taxa Base Alternativa) quanto Eurodollar, na escolha da JBS USA.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Os juros sobre os empréstimos ABR são baseados na ABR acrescida de 2,0%, com um piso de ABR de 2,25% ou juros sobre os empréstimos em Eurodólares baseados na taxa LIBOR acrescida de 3,0%, com um piso de LIBOR de 1,25%. Os juros sobre empréstimos ABR são pagos no último dia de cada trimestre, enquanto os juros sobre empréstimos em Eurodólares são pagos no final do período de juros associado. O saldo principal em aberto será devido em 25 de maio de 2018. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$2,4 milhões vem sendo majorado ao longo da duração do empréstimo. Os covenants dessa nota incluem covenants restritivos e eventos usuais de inadimplência listados sob o Crédito Rotativo Alterado e Retificado. Em 22 de fevereiro de 2013, a JBS USA aditou o empréstimo para reduzir a taxa de juros dos empréstimos ABR para ABR acrescido de 1,75%, com um piso de ABR de 1,75% e reduzir a taxa dos empréstimos de Eurodólares para LIBOR acrescida de 2,75%, com um piso de LIBOR de 1,00%. Com início em 29 de março de 2013 e continuação até o vencimento, aproximadamente US\$1,2 milhões serão pagos no último dia útil de cada trimestre. Em 30 de setembro de 2014, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Após o encerramento de cada exercício social, uma parte do fluxo de caixa da JBS USA, LLC deve ser usada para pagar empréstimos sob a Linha de Crédito de Term Loan com vencimento em 2018. Em 31 de março de 2014, a JBS USA, LLC utilizou aproximadamente US\$54 milhões do seu fluxo de caixa para o pagamento do saldo sob a Linha de Crédito de Term Loan com vencimento em 2018. Os pagamentos de fluxo de caixa em excesso foram aplicados nas parcelas mínimas requeridas com o montante remanescente aplicado ao saldo do principal. Como resultado do fluxo de caixa em excesso, nós não temos mais a obrigação de fazer os pagamentos das parcelas trimestrais.

Linha de Crédito de Term Loan com vencimento em 2020 - Em 18 de setembro de 2013, a JBS USA firmou um aumento da linha de crédito que consiste em um compromisso de term loan de US\$500,0 milhões adicionais aos US\$475,0 milhões da Linha de Crédito de Term Loan com vencimento em 2018. Os recursos obtidos com a emissão deste empréstimo foram usados para pagar o valor do saldo principal das Notas 11,625% com vencimento em 2014 e para repagar uma parte dos empréstimos do Crédito Rotativo Alterado e Retificado. Este empréstimo é garantido pela JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo Alterado e Retificado (sujeito a determinadas exceções). Os empréstimos sob este contrato podem ser tanto "ABR" (Taxa Base Alternativa) quanto Eurodollar, na escolha da JBS USA. Os juros sobre os empréstimos ABR são baseados na ABR acrescida de 1,75%, com piso de ABR de 1,75% e os juros sobre os empréstimos em Eurodólares são baseados na taxa LIBOR acrescida de 2,75%, com um piso de LIBOR de 1,00%. Os juros sobre empréstimos ABR são pagos no último dia de cada trimestre, enquanto os juros sobre empréstimos em Eurodólares são pagos no final do período de juros associado. Iniciando em 31 de dezembro de 2013 e continuando até o seu vencimento, pagamentos de aproximadamente US\$1,3 milhões serão devidos no último dia útil de cada trimestre. O saldo principal em aberto será devido em 18 de setembro de 2020. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$2,5 milhões vem sendo majorado ao longo da duração do empréstimo. Os covenants dessa nota incluem covenants restritivos e eventos usuais de inadimplência listados sob o Crédito Rotativo Alterado e Retificado. Em 30 de setembro de 2014, a JBS USA estava em conformidade com todas os covenants.

Linha de Crédito de Term Loan com vencimento em 2016 - Em 14 de junho de 2011, a JBS Five Rivers contraiu uma linha de crédito de empréstimo de US\$85,0 milhões com vencimento em 14 de junho de 2016. O repagamento do empréstimo deve ser feito em 20 parcelas trimestrais no montante de US\$1,4 milhões, no último dia útil de cada trimestre, com o saldo principal remanescente sendo devido no vencimento. Empréstimos sob esta linha incorrem em juros variáveis, com base na taxa LIBOR acrescida de 2,75%, ou com base na taxa prime acrescida de 1,5%. O fundo proveniente desta linha serão adiantados a J&F Oklahoma Holdings, Inc. ("J&F Oklahoma"), sob a Nota de Recebível da J&F Oklahoma. A linha de crédito é garantida por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers e recebíveis e estoques da J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma é garantidora do contrato da linha de crédito de empréstimo e a mesma pode vir a ser requerida para quitar o saldo em aberto e outras obrigações e custos sob a linha de crédito como parte de sua garantia, apesar de isso não ser provável no momento.

Covenants: O empréstimo de US\$85 milhões com vencimento em 2016 possui restrições que limitam a capacidade da JBS Five Rivers e suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- contrair dívidas adicionais;
- criar ônus de propriedade, receita e ativos;
- realizar determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar determinados dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- dissolver, consolidar, fundir ou adquirir ativos e negócios de outras entidades;
- entrar em novas linhas de negócios;
- entrar em determinadas transações com afiliados;
- emitir, vender, transferir, ou alienar participações acionárias;
- entrar em determinadas operações de hedge;
- alocar mais do que uma certa quantidade de gado próprio em propriedades não pertencentes à JBS Five Rivers;
- entrar em determinadas joint ventures de engorda de bovinos que contenham restrições em penhores ou transferências de direitos no contrato da joint venture; e
- fazer certos adiantamentos a clientes acima de determinados limites.

Eventos de inadimplemento: A Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 possui eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência, alguns eventos relacionados com o Employee Retirement Income Security Act de 1974 ("ERISA"), e a não conformidade com os termos do Plano de Sucessão Executiva da J&F Oklahoma Holdings, Inc. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, e exercer recursos sob os documentos colaterais relacionados ao empréstimo a prazo de US\$85,0 milhões. Em 30 de setembro de 2014, a JBS Five Rivers estava em conformidade com todos os covenants.

Notas 8,25% com vencimento em 2020 - Em 30 de janeiro de 2012, a JBS USA, LLC e JBS USA Finance, emitiram as Notas 8,25% com vencimento em 2020 e valor principal de US\$700,0 milhões. Os fundos serão utilizados (i) para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos e (ii) para propósitos corporativos gerais. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo Alterado e Retificado (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Os juros são pagos a cada seis meses com vencimento em 1 de fevereiro e 1 de agosto de cada ano. O principal vence integralmente em 1 de fevereiro de 2020. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$10,0 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.

As notas contêm restrições contratuais (covenants) e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as Notas 7,25% com vencimento em 2021. Em 30 de setembro de 2014, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Linha de Crédito LCAL — Em 3 de março de 2013, a JBS Austrália celebrou uma linha de crédito com garantia real a qual proporciona até A\$4,4 milhões junto à Low Carbon Australia Limited ("LCAL"), para financiar investimentos em tecnologias eficientes de energias e práticas na planta da JBS Austrália localizada em Dinmore, Queensland. Os juros sob esta linha de crédito é baseada em uma taxa determinada pela LCAL para ser equivalente à taxa de swap para três anos da Associação de Mercados Financeiros da Austrália e tem vencimento em 30 de setembro de 2017.

Linha de Crédito Canadense: Em 15 de maio de 2013, a JBS Canada celebrou um contrato de crédito ("Linha de Crédito Canadense") com o Royal Bank of Canada ("RBC") como agente administrativo e colateral, e outros credores. A Linha de Crédito Canadense atualmente disponibiliza uma linha rotativa de câmbio duplo de empréstimo máximo de CAD\$110,0 milhões que podem tomados em CAD\$ e US\$. Sobre os empréstimos em CAD\$ incidem juros à taxa aplicável de Canadian Dealer Offered Rate ("CDOR") ou RBC Prime Rate mais uma margem aplicável. Sobre os empréstimos em US\$ incidem juros à taxa aplicável de LIBOR or RBC mais uma margem aplicável.

A Linha de Crédito Canadense também disponibiliza um term loan de CAD\$17,0 milhões. O term loan é garantido pela JBS USA Holdings e pela JBS S.A.. O empréstimo é amortizado durante um período de 15 anos com principal e juros pagos mensalmente. O saldo do principal será pago em 15 de maio de 2018. Este empréstimo é garantido por alguns ativos imobilizados da JBS Canadá. Estas notas contêm restrições contratuais (covenants) de praxe e eventos de inadimplemento listados nos termos da Linha de Crédito Canadense.

Disponibilidade: Os empréstimos realizados sob esta linha estão sujeitos a uma base de empréstimo, que trata-se de uma fórmula baseada em certos recebíveis elegíveis, estoque, máquinas e equipamentos e imóveis menos certas reservas de disponibilidade e elegibilidade. Em 30 de setembro de 2014, não havia saldo de letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US\$25,4 milhões.

Garantias: Os empréstimos feitos pela JBS Canada sob a Linha de Crédito Canadense são garantidos pela JBS USA Holdings e pela JBS S.A. Adicionalmente, os empréstimos são garantidos por um ônus perfeito de primeira prioridade e juros sobre contas a receber, bens acabados, alimentação animal, estoque de animais vivos e estoques de suprimentos, máquinas, equipamentos e imóveis.

Covenants: A Linha de Crédito Canadense contém as representações de praxe, garantias e restrições contratuais que requerem um índice mínimo de cobertura fixo de não menos que 1,00 para 1,00. Este índice é aplicável se a disponibilidade do empréstimo causar o acionamento de um período de covenant que somente ocorre quando a disponibilidade de empréstimos cai abaixo do maior entre 10% do valor máximo de empréstimo ou CAD\$10,0 milhões em cinco dias úteis consecutivos. A Linha de Crédito Canadense contém covenants negativos que podem limitar a habilidade da JBS Canada de, entre outras coisas:

- contrair dívidas adicionais;
- estabelecer penhor sobre propriedades, rendas ou ativos;
- contrair determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- pagar antecipadamente ou cancelar determinadas dívidas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir negócio ou ativos de outras empresas;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas subsidiárias;
- entrar em novas áreas de negócio;
- realizar determinadas operações com coligadas e certas joint ventures autorizadas;
- concordar com restrições relativas à capacidade das subsidiárias realizarem dividendos;
- concordar em oferecer garantias reais sobre determinados bens sem contratos em prol de qualquer outro credor, e
- celebrar vendas/leaseback e arrendamentos operacionais.

Eventos de inadimplemento: A Linha de Crédito Canadense prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, pagamento de inadimplemento em outras dívidas, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, falha em qualquer documento no sentido de criar ou manter um ônus prioritário e certos eventos relacionados às questões de falência e insolvência ou ambientais. Caso ocorra evento de inadimplemento, os credores poderão, entre outras coisas, encerrar seus compromissos, declarar imediatamente devidos o principal, juros acumulados e remunerações (fees) e exercer os recursos sob as garantias relacionadas à Linha de Crédito Canadense. Em 30 de setembro de 2014, a JBS Canada estava em conformidade com todos os covenants.

Notas 5,875% com vencimento em 2024 – Em 25 de junho de 2014, a JBS USA, LLC e JBS USA Finance, emitiram as Notas 5,875% com vencimento em 2024 e valor principal de US\$750,0 milhões principalmente para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar o pagamento de suas dívidas de curto e médio prazos. As Notas 5,875% com vencimento em 2024 são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo Alterado e Retificado (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Os juros são pagos a cada seis meses com vencimento em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, começando em 15 de janeiro de 2015. O principal vence integralmente em 15 de julho de 2024. As notas contêm restrições contratuais (covenants) e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as Notas 7,25% com vencimento em 2021. Em 30 de setembro de 2014, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Garantia da linha de crédito da J&F Oklahoma - Em 7 de outubro de 2008, a J&F Oklahoma celebrou uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US\$600 milhões. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e pelos ativos líquidos da JBS Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da JBS Five Rivers de acordo com contratos de fornecimento e alimentação de gado. O gado é vendido à JBS USA de acordo com o contrato de compra e venda de gado. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010.

Em 14 de junho de 2011, a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers firmaram um terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US\$1,0 bilhão e para adicionar a J&F Austrália como mutuário da linha. A nova linha de crédito após o aditamento possui vencimento em 14 de Junho de 2015. Em 6 de março de 2012 a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers assinaram uma alteração ao terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US\$ 1,2 bilhões. Em 24 de janeiro de 2013, a J&F Oklahoma executou um quarto aditamento e alterou a linha de crédito para adicionar a J&F Canadá como um mutuário sob a linha de crédito, para permitir empréstimos sob opções cambiais adicionais e para estender a data de vencimento para 14 de Junho de 2016. Empréstimos nesta linha de crédito incorrem juros em taxas variáveis com base na LIBOR aplicável mais 2,25%, ou com base na taxa prime mais 1%. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era de 3,0%. Em 30 de setembro de 2014, nenhum empréstimo era utilizado sob as letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US\$177,1 milhões. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a J&F Oklahoma tinha US\$1,0 bilhões e US\$880,9 milhões, respectivamente, como saldos dos empréstimos desta linha de crédito.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

O contrato de crédito é caucionado pelas contas recebíveis e estoques da J&F Oklahoma e também por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers. Entre outras exigências, a linha de crédito exige que a J&F Oklahoma mantenha certas razões financeiras, níveis mínimos de valor líquido e estabelecer limites em certos tipos de pagamentos, incluindo dividendos, investimentos e dispêndios de capital. Na maioria dos casos, o banco considera a posição e os resultados da J&F Oklahoma juntamente com os da JBS Five Rivers. A controladora da J&F Oklahoma celebrou um acordo keepwell no qual deverá fazer contribuições a J&F Oklahoma se a mesma não estiver em conformidade com os covenants contidas nesta linha de crédito. Se a J&F Oklahoma inadimplir com suas obrigações sob a linha de crédito e tal inadimplemento não for solvido pela controladora sob o acordo keepwell, a JBS Five River fica responsável por até US\$250,0 milhões dos empréstimos garantidos somados a certas outras obrigações e custos sob esta linha de crédito. Em 30 de setembro de 2014, a J&F Oklahoma estava em conformidade com as restrições financeiras (covenants) desta linha de crédito.

Linha de crédito para a J&F Oklahoma - A JBS Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a JBS Five Rivers se comprometeu a conceder até US\$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais a serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para engorda. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Em 26 de setembro de 2011, esta linha foi aditada e os juros passaram a incidir à taxa LIBOR anual acrescida de 2,75%. Em 10 de setembro de 2010, Esta linha de crédito foi aditada para estender seu vencimento para 11 de setembro de 2016. Em 14 de junho de 2011, a linha de crédito foi novamente aditada, desta vez com o fim de aumentar o limite de crédito para US\$375,0 milhões. Em 24 de janeiro de 2013, o contrato foi aditado para aumentar a linha para até US\$450,0 milhões para financiar necessidades de capital de giro. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era de 3,0%.

Linha de Crédito de US\$250 milhões – Em 12 de julho de 2007, uma subsidiária da JBS USA emitiu um mútuo para a JBS Australia com taxa de juros de 8,0% e vencimento em 12 de julho de 2017. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo, divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano.

Linha de Crédito para a Sampo – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Sampo, Inc. ("Sampo"), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$60,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Em 1 de abril de 2012, a JBS USA Holdings e a Sampo alteraram a nota promissória rotativa para aumentar a taxa de juros para a LIBOR de três meses acrescidos de uma margem de 3% e para estender a data de vencimento para 31 de março de 2014. Em 6 de março de 2014, a nota foi alterada para estender a data de vencimento para 31 de março de 2016. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era 3,2%. Esta nota é eliminada na consolidação.

Empréstimo rotativo a pagar entre JBS USA e JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo a longo prazo para a JBS Austrália no valor de A\$250,0 milhões, com juros baseados na Bank Bill Swap Bid Rate ("BBSY") de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 9 de novembro de 2010, a nota foi alterada para que o valor máximo de adiantamentos fosse para A\$350,0 milhões. Em 2 de fevereiro de 2011, a nota foi alterada para aumentar a quantidade máxima de adiantamentos a A\$400,0 milhões. Em 6 de julho de 2011, a nota foi alterada para reduzir a margem da taxa de juros de 3% sobre o BBSY para 2%. Em 7 de novembro de 2011, a nota foi alterada para estender a data de vencimento para 31 de dezembro de 2013 e para fazer a margem da taxa de juros igual ao Revolver Bill Rate Spread como definido no Crédito Rotativo Alterado e Retificado em vigor no momento em que um adiantamento é feito. Em 31 de dezembro de 2013, a nota foi alterada para estender sua data de vencimento para 31 de dezembro de 2014. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, esta nota foi expressa em dólares australianos, contudo, divulgada em dólares norte-americanos pela JBS USA. Por esse motivo, esta nota gera ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era de 4,2%.

Empréstimo de US\$10 milhões a receber da Weddel Limited - Em 10 de maio de 2011, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Weddel Limited ("Weddel"), uma subsidiária integral da JBS USA Holdings, com juros baseados na Prime Rate dos Estados Unidos adicionada de uma margem de 2,0%, com vencimento em 10 de Maio de 2012. Em 8 de maio de 2012 as notas foram alteradas para estender a data de vencimento para 31 de março de 2013. Em 26 de março de 2013, a nota foi alterada para estender a data de vencimento para 31 de março de 2014. Em 26 de julho de 2013, a nota foi alterada para converter a nota denominada em USD para uma nota de CAD\$10 milhões e para alterar a taxa de juros para a Canadian Prime Rate mais 2,0%. Em 6 de março de 2014, a nota foi alterada para estender a data de vencimento para 31 de março de 2016. Enquanto este empréstimo é eliminado na consolidação, sua denominação em CAD é reportada pela JBS USA Holdings em USD; portanto, esta nota gerará ganhos ou perdas relativas a variação cambial entre o CAD e o USD em determinados períodos. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era de 5,0%.

Nota de crédito rotativo para a JBS USA Holdings - Em 2 junho de 2011, a JBS USA, LLC emitiu uma nota de crédito rotativo de US\$2,0 bilhões para a JBS USA Holdings. A nota incorre em uma taxa variável igual a LIBOR acrescida de 3%. Em 25 de janeiro de 2012 a JBS USA, LLC alterou a nota de crédito rotativo para aumentar o valor máximo para US\$3,0 bilhões. Em 30 de setembro de 2013, a JBS USA, LLC alterou a nota de crédito rotativo com a JBS USA Holdings para aumentar o valor máximo disponível nos termos desta nota para US\$3,5 bilhões. Em 17 de junho de 2014, a JBS USA, LLC alterou a nota de crédito rotativo para aumentar o montante disponível para US\$4,0 bilhões para possibilitar a transferência de recursos para a JBS S.A. para financiar o repagamento de dívidas de curto e médio prazos. Em 20 de agosto de 2014, a JBS USA alterou a nota intercompanhia rotativa para aumentar o valor máximo disponível sob esta nota para US\$4,25 bilhões. O saldo principal e os juros são devidos e pagáveis sob demanda da JBS USA, LLC a qualquer tempo após 20 de agosto de 2016. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era de 3,2%. Esta nota é eliminada na consolidação.

Cartas de Crédito da JBS USA - Em 26 de outubro de 2011 e 4 de novembro de 2011, a JBS USA, LLC concordou em fornecer cartas de crédito no valor de US\$ 40,0 milhões e US\$ 16,5 milhões, respectivamente, a uma companhia de seguros a serviço da PPC, a fim de permitir que a empresa de seguros devolva o dinheiro que detinha como garantia de possíveis compensações de trabalhadores, auto e reclamações gerais de responsabilidade da PPC. Como retorno destas cartas de crédito, a PPC está reembolsando JBS USA, LLC pelo custo que a PPC teria incorrido. Durante os trimestres e o período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2014 e 30 de setembro de 2013, o reembolso feito pela PPC foi de US\$0,4 milhões e US\$1,0 milhões; e US\$0,5 milhões e US\$1,7 milhões, respectivamente.

Nota para Sampo – Em 15 de março de 2012 a Sampo firmou uma nota promissória rotativa no valor de US\$20,0 milhões com a JBS USA com juros baseados na taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem de 3%. Em 22 de maio de 2012, a nota foi alterada para aumentar o valor máximo disponível para US\$50 milhões. Em 18 de setembro de 2012, a nota foi alterada para aumentar o valor máximo disponível para US\$100,0 milhões. O valor principal e dos juros são devidos e pagáveis sob demanda da Sampo a qualquer momento depois de 31 de março de 2014. Em 6 de março de 2014, a nota foi alterada para um valor máximo disponível de US\$120,0 milhões e para estender a data de vencimento para 31 de março de 2016. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era de 3,2%. Esta nota é eliminada na consolidação.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Nota para JBS Five Rivers - Em 20 de abril de 2012, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa de US\$100,0 milhões com a JBS Five Rivers com juros baseados na taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem de 3%, e vencimento em 20 de abril de 2013, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 5 de março de 2013, esta nota foi alterada para aumentar o montante máximo disponível sob a nota para US\$ 175,0 milhões e para estender a data de vencimento para 14 de Junho de 2016. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era de 3,2%. Esta nota é eliminada na consolidação.

Nota para JBS Canadá - Em 2 de janeiro de 2013, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS Canada de CAD\$200,0 milhões com juros baseados no CDOR mais 3% e vencimento em 31 de dezembro de 2014 para financiar necessidades de capital de giro e outras necessidades corporativas gerais. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 era de 4,3%. Esta nota é eliminada na consolidação. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação, porém os valores em CAD\$ serão reportados pela JBS USA Holdings em US\$; portanto, esta nota alterada poderá gerar ganhos ou perdas devidos às flutuações do CAD\$ frente ao US\$.

Descrição do endividamento da PPC

Linha de Crédito EUA - A PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram uma linha de crédito ("Linha de Crédito EUA") com o Cobank ACB como agente administrativo e garantidor, e outros credores, que foi alterada e retificada em 7 de agosto de 2013. Em 30 de setembro de 2014, a Linha de Crédito EUA disponibilizou um compromisso de crédito rotativo de US\$700,0 milhões e um compromisso de term loan de saque prorrogado de até US\$400,0 milhões ("Term Loan de Saque Prorrogado"). A PPC pode sacar, sob o compromisso de Term Loan de Saque Prorrogado, em um ou mais adiantamentos, entre 01 de maio de 2014 e 28 de dezembro de 2014. A Linha de Crédito EUA também inclui um recurso que permite a PPC, a qualquer momento, aumentar o compromisso de empréstimo rotativo agregado em até um valor adicional de US\$ 250,0 milhões e aumentar o valor agregado do compromisso de Term Loan de Saque Prorrogado em um valor adicional de até US\$ 500,0 milhões, em cada caso, sujeito ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção de um acordo dos credores para participar no aumento e um limite agregado de todos os compromissos assumidos no âmbito da Linha de Crédito EUA de US\$ 1,9 bilhão. A Linha de Crédito EUA também prevê US\$100 milhões dólares de sub-limite para empréstimos swingline e US\$ 200,0 milhões de sub-limite para cartas de crédito. O compromisso de empréstimo rotativo no âmbito da Linha de Crédito EUA vence em 7 de agosto de 2018. Qualquer Term Loan de Saque Prorrogado será pago em parcelas trimestrais, a partir no ano fiscal de 2015, iguais a 1,875% do saldo do principal em 28 de dezembro de 2014, com todo o saldo do principal remanescente e os juros devidos no vencimento em 7 de agosto de 2018.

Em 7 de agosto de 2013, a PPC pagou custos de empréstimos no total de US\$5,0 milhões relacionados com a alteração e retificação da Linha de Crédito EUA que são reconhecidos como um ativo em seu balanço patrimonial. A PPC amortiza estes custos capitalizados às despesas de juros durante a vida do Linha de Crédito EUA.

Subsequente ao final de cada ano fiscal, uma parte do fluxo de caixa da PPC deve ser utilizado para repagar o saldo dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Em 30 de dezembro de 2013, a PPC utilizou US\$204,9 milhões do seu fluxo de caixa para pagar o saldo principal devido sob os empréstimos de Vencimento B. Em 28 de abril de 2014, PPC utilizou seu fluxo de caixa para pagar aproximadamente US\$205,2 do principal em aberto dos empréstimos de Vencimento B. Após este pagamento, a PPC não possui principal em aberto sob os empréstimos de Vencimento B. A Linha de Crédito EUA também requer a utilização dos rendimentos da venda de certos ativos e dívidas ou emissões de ações e mediante a ocorrência de outros eventos para repagar os empréstimos pendentes de acordo com a Linha de Crédito EUA.

Os empréstimos da PPC sob a Linha de Crédito EUA estão sujeitos à base de empréstimo, que é formulada com base em certos estoques elegíveis, valores a receber elegíveis e caixa restrito, sob o controle do agente da Linha de Saída, o CoBank ACB. Em 30 de setembro de 2014, a base de empréstimo aplicável era de US\$700,0 milhões. Em 30 de setembro de 2014, o saldo das cartas de crédito era de US\$20,1 milhões, e o montante disponível para empréstimos era de US\$679,9 milhões.

A Linha de Crédito EUA contém covenants financeiros e outros vários covenants que podem afetar adversamente a habilidade da PPC de, entre outras coisas, incorrer em dívida adicional, incorrer em ônus, pagar dividendos ou fazer certos pagamentos restritos, consumir a venda de determinados ativos, celebrar determinadas operações com a JBS USA Holdings e outras coligadas da PPC, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar substancialmente todos os ativos da PPC. A Linha de Crédito EUA requer que a PPC esteja em conformidade com uma restrição contratual do tangível líquido. A PPC está atualmente em conformidade com este covenant financeiro.

Todos os outros covenants financeiros foram eliminados com as alterações e retificações à Linha de Crédito EUA feitas em 7 de agosto de 2013. A Linha de Crédito EUA declara que a PPC não pode incorrer em dispêndios de capital em valores superior à US\$350,0 milhões em qualquer ano fiscal.

Todas as obrigações sobre a Linha de Crédito EUA são incondicionalmente garantidas por certas subsidiárias da PPC e seguradas por penhor em ordem de prioridade em (i) contas a receber e estoques da PPC, de suas subsidiárias nacionais e suas subsidiárias em Porto Rico, (ii) 65% das participações nas subsidiárias diretas estrangeiras e 100% das participações em outras subsidiárias, (iii) substancialmente toda a propriedade pessoal e intangíveis dos tomadores de crédito e garantidores sobre a Linha de Crédito EUA e (iv) substancialmente todos os imóveis e ativos fixos da PPC e suas subsidiárias garantidoras sobre a Linha de Crédito EUA.

Notas seniores e sem garantias com vencimento em 2018 - Notas 2018 da PPC. Em 15 de dezembro de 2010, a PPC realizou a emissão de notas no valor principal de US\$500,0 milhões e juros de 7,875% ao ano com vencimento em 2018 ("Notas 2018 da PPC"). As Notas 2018 da PPC são sem garantias, mas são garantidas por uma das subsidiárias da PPC. Os juros são pagos em 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, com início em 15 de junho de 2011. A escritura das Notas 2018 da PPC contém vários covenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA Holdings e outras partes relacionadas da PPC, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos destas. A PPC posteriormente trocou as notas para as notas substancialmente idênticas registradas sob o Securities Act de 1933.

Linha de Crédito ING México - Em 19 de outubro de 2011, Avícola PPSRLCV e outras subsidiárias mexicanas (as "Partes Tomadoras de Empréstimo"), celebraram um contrato de crédito alterado e reformulado (o "Linha de Crédito ING México"), com o ING Bank (México), SA Institución de Banca Múltiple, ING Grupo Financiero, como credor e ING Capital, LLC, na qualidade de agente administrativo. A Linha de Crédito ING México teve vencimento em 25 de setembro de 2014. A Linha de Crédito ING México é garantida por substancialmente todos os ativos das subsidiárias mexicanas da Pilgrim's Pride. A Linha de Crédito ING México foi terminada em 23 de julho de 2014.

Linha de Crédito Bancomer México - Em 23 de julho de 2014, a Avícola e certas subsidiárias mexicanas entraram em um acordo de crédito sem garantia ("Linha de Crédito Bancomer México") com o BBVA Bancomer, SA Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero BBVA Bancomer, como credor. O compromisso de empréstimo segundo o Linha de Crédito Bancomer México é de 560,0 milhões de pesos mexicanos. Os empréstimos contraídos sob a Linha de Crédito Bancomer México serão acrescidos juros a uma taxa igual à Taxa de Juros de Equilíbrio Interbancário acrescido de 1,05%. A Linha de Crédito Bancomer México vencerão em 23 de julho de 2017. Em 30 setembro de 2014, o valor do compromisso de empréstimo equivalente em dólares americanos da Linha de Crédito Bancomer México era de US\$41,7 milhões. Atualmente não há empréstimos contraídos sob a Linha de Crédito Bancomer México.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

17 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Salários e encargos sociais	116.883	111.665	548.392	476.293
Provisões para férias, 13º salário e encargos	253.478	138.898	1.545.890	1.217.222
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	-	850.719	19.760
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	1.559	1.073	10.151	3.221
ICMS / VAT / GST a recolher	10.957	11.712	70.926	54.925
PIS e COFINS a recolher	175	261	5.435	1.657
Parcelamentos fiscais	89.471	152.189	702.308	382.393
Outros	24.522	92.109	263.083	311.004
	497.045	507.907	3.996.904	2.466.475
Passivo circulante	438.260	382.741	3.021.837	1.761.296
Passivo não circulante	58.785	125.166	975.067	705.179
	497.045	507.907	3.996.904	2.466.475

18 Dividendos declarados

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Dividendos declarados	485	220.494	485	220.494
	485	220.494	485	220.494
Dividendos propostos em 2012 - Residual				230
Dividendos propostos em 2013 - Residual				255
				485

O montante de dividendos residuais correspondem a valores ainda não pagos por falta de atualização bancária junto aos bancos e corretoras. Esta pendência por parte de alguns acionistas minoritários impede a concretização do pagamento. A Companhia enviou notificação aos referidos acionistas para que atualizem as informações de forma que o saldo seja quitado. O passivo será mantido durante o período legal no curto prazo, visto que uma vez que o cadastro esteja atualizado, a quitação é automática.

19 Débito com terceiros para investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Circulante	71.840	95.853	290.460	264.264
Não circulante	46.554	62.754	507.015	463.485
	118.394	158.607	797.475	727.749

Na controladora:

Os débitos com terceiros para investimentos na controladora referem-se basicamente a aquisições de imobilizados e outros complexos industriais, localizados nos Estados do Acre, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Goiás.

No consolidado:

- R\$ 161.375 na subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição em junho de 2013 de ativos e complexos industriais denominados de Ana Rech, para implementação da atividade de abate e frigorificação de suínos, assim como industrialização e sub-produtos do mesmo, sendo R\$ 49.375 no curto prazo e R\$ 112.000 no longo prazo;
- R\$ 156.165 na subsidiária JBS Foods S.A. referente ao saldo remanescente da dívida assumida pela Marfrig S.A. com a BR Foods S.A. por ocasião da compra de ativos. Com a venda da Seara pela Marfrig os ativos comprados foram transferidos juntamente com a dívida para a JBS S.A., sendo R\$ 32.232 no curto prazo e R\$ 123.933 no longo prazo;
- R\$ 155.164 na subsidiária JBS Foods S.A. referente à compra da planta de abate de suínos e processados em Carambei - PR que estava arrendada pela BR Foods S.A. em 31 de maio de 2014, sendo R\$ 77.582 no curto prazo e R\$ 77.582 no longo prazo;
- R\$ 102.178 na subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição em março de 2013 da empresa Agrovêneto, que exerce atividade similar à da JBS Aves, sendo que o montante está registrado no longo prazo;
- R\$ 40.000 na subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição em junho de 2014 da empresa Frinal, que exerce a atividade de criação, abate e comercialização de suínos, sendo R\$ 10.000 no curto prazo e R\$ 30.000 no longo prazo.
- R\$ 26.045 na subsidiária JBS Global Meat referente a débitos para a aquisição da Midtown, classificados no curto prazo;
- R\$ 23.000 na subsidiária indireta JBS Aves referente a aquisição em agosto de 2014 da empresa Avebom, que exerce a atividade de industrialização e comercialização de produtos alimentícios, criação e abate de aves e suínos, fabricação de rações e concentrados e a industrialização de carnes, sendo R\$ 11.000 no curto prazo e R\$ 12.000 no longo prazo;
- R\$ 12.768 na subsidiária indireta Seara Alimentos referente a aquisição em março de 2014 da empresa Sul Valle, que exerce a atividade de criação, abate e comercialização de suínos, sendo R\$ 10.000 no curto prazo e R\$ 2.768 no longo prazo;

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

ix) R\$ 2.386 na subsidiária indireta JBS Aves referente aquisição em junho de 2013 da empresa Agil, que exerce a atividade de exploração de armazéns portuários, sendo que o montante está registrado no curto prazo;

20 Imposto de renda e contribuição social - conciliação da taxa nominal e efetiva

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias (principalmente amortização do ágio).

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em 30 de setembro de		Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes da tributação	1.263.878	945.004	2.823.484	1.324.302
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	(429.719)	(321.301)	(959.985)	(450.263)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
Adições, substancialmente equivalência patrimonial, lucro no exterior, amortização de ágio e tributos equivalentes de outros países	582.970	162.481	(163.983)	34.561
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	153.251	(158.820)	(1.123.968)	(415.702)
Taxa efetiva	12,13%	-16,81%	-39,81%	-31,39%

	Controladora		Consolidado	
	Trimestres findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes da tributação	934.942	197.281	1.816.430	322.299
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	(317.880)	(67.076)	(617.586)	(109.582)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
Adições, substancialmente equivalência patrimonial, lucro no exterior, amortização de ágio e tributos equivalentes de outros países	475.823	89.619	29.196	45.606
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	157.943	22.543	(588.390)	(63.976)
Taxa efetiva	16,89%	11,43%	-32,39%	-19,85%

Notas Explicativas

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidadas no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013.

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em 30 de setembro de		Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.659	1.781	(1.626.210)	(72.113)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	151.592	(160.601)	502.242	(343.589)
	153.251	(158.820)	(1.123.968)	(415.702)
	Controladora		Consolidado	
	Trimestres findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social correntes	563	586	(822.076)	(18.337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	157.380	21.957	233.686	(45.639)
	157.943	22.543	(588.390)	(63.976)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
ATIVO				
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	598.602	417.598	1.227.001	1.027.330
PASSIVO				
. Sobre amortizações de ágio, reserva de reavaliação e diferenças temporárias	1.547.412	1.508.571	3.060.821	3.146.924
Total Líquido	948.810	1.090.973	1.833.820	2.119.594

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal;
- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em coligada e controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

21 Provisão para riscos processuais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Trabalhistas	61.572	57.769	215.903	163.466
Cíveis	11.192	9.951	78.821	75.035
Fiscais e previdenciários	101.751	96.331	442.953	610.823
Total	174.515	164.051	737.677	849.324

Movimentação das provisões

	31.12.13	Aquisições ⁽¹⁾	Adições	Baixas	Variação cambial	30.09.14
Controladora	164.051	-	10.464	-	-	174.515
Consolidado	849.324	18.668	22.799	(142.252)	(10.862)	737.677

⁽¹⁾ - As aquisições de R\$ 18.668 referem-se a Sul Valle, Massa Leve, Frinal, Avebom e Eleven no consolidado da JBS Foods S.A.

Processos fiscais e previdenciários

a) ICMS

A Companhia sofreu 199 autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 1.685.566 em 30 de setembro de 2014. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-la, caso as autuações sejam mantidas.

A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

A Companhia sofreu 21 autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R\$ 761.686. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos nesses procedimentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando perda como remota.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. Tal sentença foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Companhia interpôs Recurso Extraordinário, o qual foi sobrestado com fundamento no artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil, até decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, cujo total dos 20 autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$ 949.192.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, tendo em vista que não há decisão final do Mandado de Segurança supra mencionado.

Esta matéria foi objeto de decisões favoráveis aos contribuintes, proferidas pelo plenário do Supremo Tribunal Federal - STF para empresas cujas atividades são similares à atividade da Companhia, nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 363.852/MG e 596.177/RS. Atualmente, a Companhia não procede nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência, considerando a probabilidade de perda como remota.

c) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 980 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 101.751 em 30 de setembro de 2014.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Processos trabalhistas

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia era parte em 11.822 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1.901.494. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 61.572 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Processos cíveis

a) Imóvel em Araputanga

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT. O referido frigorífico era beneficiário de incentivos fiscais e o imóvel era garantia fluante, por isso fazia-se necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras.

Em setembro/2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou a Ação Declaratória, alegando que a Companhia não havia pago o preço e não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do contrato. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região, obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

Foi apresentada a segunda perícia contábil que, assim como a primeira, confirmou que a Companhia pagou o preço de aquisição do imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga, MT. As partes se manifestaram sobre o laudo pericial contábil e os autos foram retirados em carga pela AGU para manifestação sobre o laudo pericial. A probabilidade de perda é considerada remota e nenhuma provisão foi registrada.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R\$ 315.000, exigindo indenização por danos morais de R\$ 100.000 e ressarcimento no importe de R\$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é baixo, razão pela qual provisionou o valor de R\$ 600.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 10.592 sendo que o montante está provisionado.

Outros processos

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 21.867, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Na controlada JBS Foods S.A.

Processos trabalhistas

Em 30 de setembro de 2014 as empresas da JBS Foods S.A. eram parte em 8.506 ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 760.298, sendo que desse valor em discussão, o valor dos passivos contingentes trabalhistas é de R\$ 174.105. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, registrou provisões no montante de R\$ 144.962 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Empresa. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações que versam sobre danos morais por doença ocupacional, danos materiais e estéticos, horas extras, adicional de insalubridade, horas in itinere, intervalo para recuperação térmica, danos morais por acidentes e troca de uniforme.

Além destas, existem 28 Ações Cíveis Públicas de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 100.563, cujo valor provisionado em face da avaliação de risco feita pelos consultores legais é de R\$ 34.970.

Processos cíveis

Em 30 de setembro de 2014 as empresas da JBS Foods S.A. eram parte em 2.272 ações de natureza cíveis e administrativas, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 178.841, sendo que desse valor em discussão, os valores dos passivos contingentes cíveis é de R\$ 123.701. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, registrou provisões no montante de R\$ 60.230 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por dano moral coletivo, danos morais por protesto indevido, reparação de danos por rescisão de contratos de parceira avícola ou integração de suínos, anulação de marca de indústria ou comércio e reclamação de consumidor – qualidade do produto.

Processos fiscais e previdenciários

a) Risco das glosas nos pedidos de ressarcimento - PIS/COFINS

Entre 2003 e 2013 a controlada indireta Seara Alimentos enviou pedidos de ressarcimento eletrônicos de PIS/COFINS junto a Receita Federal do Brasil. O fisco já analisou os pedidos de ressarcimento para os períodos relativos até o 4º trimestre de 2009 e perpetuou glosa inicial de cerca de 47% do valor, ocasionando ações fiscais com perda provável no montante estimado de R\$ 203.524.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

b) Outros processos fiscais e previdenciários

Em 30 de setembro de 2014 as empresas da JBS Foods S.A. eram parte em outros 633 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 130.977.

22 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 21.506.247, representado por 2.943.644.008 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra f) abaixo, 48.894.182 ações estão mantidas em tesouraria.

O valor realizado do capital social no balanço está líquido de gastos no montante de R\$ 54.865, sendo gastos incorridos no exercício de 2010 no montante de R\$ 37.477 relativos aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, e dos gastos com emissão das debêntures no montante de R\$ 17.388 no exercício de 2011.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 1.376.634.735 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas físicas que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de capital

Composta por ágio na emissão de ações, derivados do IPO no exercício de 2007.

c) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

d) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

e) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

f) Ações em tesouraria

Em 24 de junho de 2014, o Conselho de Administração aprovou a alienação de 26.295.997 de ações em tesouraria, nos termos do Artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social, no âmbito de compra do capital social da sociedade Comércio e Indústrias de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda. "Massa Leve", sendo que o valor fixado em contrato pela alienação das ações em tesouraria foi de R\$ 203.531.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2013	75.190.179	595.849
Alienação das Ações em tesouraria	(26.295.997)	(208.384)
Saldo em 30 de setembro de 2014	48.894.182	387.465

g) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão

Conforme CPC 02 R2/IAS 21 -Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis intermediárias, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 R1/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, por força da vigência do CPC 02 R2 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de Resultados.

h) Transações de capital

De acordo com o IAS 27/CPC 36 R3 – Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

23 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em 30 de setembro de		Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	12.154.653	10.572.665	62.478.092	49.615.188
Mercado externo	8.102.690	5.478.850	26.957.322	18.123.436
	20.257.343	16.051.515	89.435.414	67.738.624
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(777.892)	(540.847)	(1.769.951)	(1.152.227)
Impostos sobre as vendas	(842.121)	(792.970)	(1.498.946)	(905.829)
	(1.620.013)	(1.333.817)	(3.268.897)	(2.058.056)
RECEITA LÍQUIDA	18.637.330	14.717.698	86.166.517	65.680.568

	Controladora		Consolidado	
	Trimestres findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	4.115.586	3.812.504	22.008.730	18.190.258
Mercado externo	2.898.738	2.061.044	9.922.275	6.759.674
	7.014.324	5.873.548	31.931.005	24.949.932
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(275.722)	(195.060)	(648.156)	(421.956)
Impostos sobre as vendas	(280.851)	(265.309)	(504.275)	(305.978)
	(556.573)	(460.369)	(1.152.431)	(727.934)
RECEITA LÍQUIDA	6.457.751	5.413.179	30.778.574	24.221.998

24 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em 30 de setembro de		Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(516.826)	(830.621)	(525.335)	(659.154)
Resultado financeiro com derivativos	(707.015)	101.626	(416.922)	142.092
Juros Passivos	(1.410.701)	(784.505)	(2.307.051)	(1.371.943)
Juros Ativos	367.720	277.619	402.920	337.674
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(45.539)	(27.555)	(89.248)	(61.329)
	(2.312.361)	(1.263.436)	(2.935.636)	(1.612.660)

	Controladora		Consolidado	
	Trimestres findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(1.400.672)	(35.422)	(1.421.501)	(49.750)
Resultado financeiro com derivativos	900.699	(387.688)	1.140.418	(381.282)
Juros Passivos	(459.097)	(313.268)	(814.872)	(518.433)
Juros Ativos	116.745	98.694	130.820	95.834
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(13.733)	(9.917)	(13.516)	(21.237)
	(856.058)	(647.601)	(978.651)	(874.868)

Os resultados dos ajustes diários oriundos dos instrumentos financeiros de proteção de ativos e passivos efetuados no mercado futuro, assim como os valores das posições marcadas a mercado dos contratos negociados em mercado de balcão dos instrumentos financeiros de proteção de ativos e passivos são reconhecidos sob a rubrica de Resultado financeiro com derivativos, no período de nove meses e trimestre findos em 30 de setembro de 2014, apresentam um efeito líquido no resultado da exposição cambial versus proteção de (R\$ 1.223.841) na controladora e (R\$ 942.257) no consolidado e (R\$ 499.973) na controladora e (R\$ 281.083) no consolidado, respectivamente.

O montante de juros passivos de R\$ 1.410.701 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 inclui o pagamento da multa de US\$ 40.753 (R\$ 99.886) referente o prêmio de liquidação antecipada das Notas 2016 da JBS S.A e Notas 2016 da Bertin S.A.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

25 Outras receitas e despesas

Outras despesas no período findo em 30 de setembro de 2014, no consolidado, no montante de R\$ 243.530 referem-se basicamente à:

- i) Outras despesas na JBS Argentina no montante de R\$ 10.023, referente à indenizações trabalhistas, resultado de venda de ativos imobilizados e outros pulverizados;
- ii) Outras receitas na JBS USA no montante de R\$ 24.458, basicamente decorrente de receita de aluguel e resultado na venda de imobilizado e sucatas;
- iii) Outras despesas na JBS Foods S.A. no montante de R\$ 23.311, basicamente decorrente de doações para campanhas eleitorais a partidos políticos, resultado na venda de ativos imobilizados e outros de menor representatividade pulverizados;
- iv) Outras despesas na Controladora no montante de R\$ 234.654 referente, basicamente, às doações para campanhas eleitorais a partidos políticos, resultado na venda de ativos imobilizado e outros pulverizados, individualmente com baixa representatividade.

26 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do período, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria.

Resultado atribuível aos acionistas

Média ponderada de ações do exercício - milhares

Média ponderada de ações em tesouraria - milhares

Média ponderada de ações em circulação - milhares

Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$

Resultado atribuível aos acionistas

Média ponderada de ações do exercício - milhares

Média ponderada de ações em tesouraria - milhares

Média ponderada de ações em circulação - milhares

Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras. A transação de receitas diferidas (nota 29) através de análise histórica é esperada para ser liquidada mediante entrega futura, e portanto não é potencialmente diluidora, sendo assim os valores resultado da ação são iguais no básico e diluído.

27 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam.

Abaixo, segue o detalhamento das operações em que a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

a) Oferta Pública de Ações - OPA (Follow-on)

No exercício de 2010, a Companhia incorreu em R\$ 37.477 relativos aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

b) Permuta por Ações Ordinárias de Emissão da Vigor Alimentos S.A. ("OPA de Permuta")

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em custos no montante R\$ 324 relativo ao processo de aquisição de 117.800.183 ações de sua própria emissão, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

c) Oferta de Títulos de Dívida (Bonds)

Durante o exercício de 2010, a Companhia incorreu em R\$ 17.789 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US\$ 700 milhões e US\$ 200 milhões realizados em julho e setembro de 2010, respectivamente, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 30 de setembro de 2014, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 5.868 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Consolidado	
Nove meses findos em 30 de setembro de	
2014	2013
1.417.129	786.184
2.943.644	2.943.644
(65.646)	(77.424)
2.877.998	2.866.220
492,40	274,29

Consolidado	
Trimestres findos em 30 de setembro de	
2014	2013
1.092.885	219.824
2.943.644	2.943.644
(48.894)	(77.424)
2.894.750	2.866.220
377,54	76,69

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em R\$ 13.699 relativos aos custos de transação no processo de alteração de determinadas disposições das Notas 2016 da JBS S.A. e Notas 2016 da incorporada Bertin, através do consentimento dos titulares de tais Notas. A contabilização destes custos está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 30 de setembro de 2014, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 2.944 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em fevereiro de 2013, a Companhia incorreu em R\$ 27.649 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US\$ 775 milhões realizados em março de 2013, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 30 de setembro de 2014, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 24.176 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em outubro de 2013, a Companhia incorreu em R\$ 15.630 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US\$ 1 bilhão realizados em outubro de 2013, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 30 de setembro de 2014, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 13.403 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em abril de 2014, a Companhia incorreu em R\$ 9.924 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US\$ 750.000 realizados em abril de 2014, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 30 de setembro de 2014, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 9.672 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

d) Outras Captações

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em R\$ 6.000 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Conta garantida de capital de giro no montante de R\$ 1 bilhão, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 30 de setembro de 2014, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 3.246 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em outubro de 2013, a Companhia incorreu em R\$ 4.800 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Conta garantida de capital de giro no montante de R\$ 800.000, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 30 de setembro de 2014, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 3.600 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

Em fevereiro de 2014, a Companhia incorreu em R\$ 843 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Pré-Pagamento de exportação (PPE) no montante de R\$ 144.471, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 30 de setembro de 2014, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 729 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

28 Benefícios a empregados

Planos JBS USA

A JBS USA patrocina planos qualificados de aposentadoria ("plano 401(k)"), cobrindo os empregados da JBS USA, excluindo os empregados da PPC. Nos termos do plano 401(k), os empregados elegíveis poderiam optar por reduzir sua contribuição atual, limitado a 75% da sua remuneração anual ou aquele fixado estatutariamente, e ter o valor dessa redução como parte de contribuição para o plano 401 (k). O plano 401 (k) permite uma contribuição adicional pela JBS USA, baseado em termos específicos do plano. O administrador do plano, sob a direção de cada participante, investe os ativos do plano em opções de investimento ditada pelos participantes. O plano está qualificado pela seção 401 do código interno de receita dos Estados Unidos (Internal Revenue Code). As despesas da JBS USA, relacionadas com o plano 401 (k) foram US\$ 1,9 milhões (R\$ 4.350) e US\$ 5,4 milhões (R\$ 12.364) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, respectivamente, e US\$ 1,6 milhões (R\$ 3.389) e US\$ 4,7 milhões (R\$ 9.955) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, respectivamente.

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano de pensão multi-empregador. A JBS USA contribui para este plano, e as despesas que foram incluídas no custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado consolidado foram de US\$ 106 mil (R\$ 243) e US\$ 332 mil (R\$ 760) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, respectivamente, e US\$ 102 mil (R\$ 216) e US\$ 325 (R\$ 688) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, respectivamente. A JBS USA não fez contribuições durante o período de três meses findo em 30 de setembro de 2014 para um plano de pensão multi-empregador relacionado com ex-funcionários na antiga fábrica de Nampa, Idaho, nos termos de um acordo de liquidação. A JBS USA fez contribuições, totalizando US\$ 37 mil (R\$ 85) para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014; e US\$ 18 mil (R\$ 38) e US\$ 54 mil (R\$ 114) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, respectivamente.

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano executivo complementar de aposentadoria. Durante o período de três meses findo em 30 de setembro de 2014, a JBS USA não reconheceu despesa para este plano. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, a JBS USA reconheceu uma despesa de US\$ 242 mil (R\$ 554) para esse plano, que foi incluída em despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado consolidada. Não houveram despesas reconhecidas durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013.

Os funcionários da JBS Austrália não participam do plano 401(k) da JBS USA. Sob a lei australiana, a JBS Austrália contribui com um percentual da remuneração do empregado para um fundo de Superannuation, conforme previsto na Austrália pelo "Superannuation Act de 1997". Efetivamente, em 1 de julho de 2013, a taxa do Superannuation aumentou para 9,25% da remuneração do empregado. Efetivamente em 1 de julho de 2014, essa a taxa do Superannuation aumentou para 9,5% da remuneração do empregado. Como os fundos são administrados por terceiros, uma vez que essa contribuição é feita diretamente para o fundo de Superannuation, a JBS Austrália não tem nenhuma obrigação de pagamento de participantes ou de supervisão do fundo. As despesas da JBS USA referentes às contribuições para este fundo totalizavam US\$ 7,3 milhões (R\$ 16.714) e US\$ 20,3 milhões (R\$ 46.479) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, respectivamente, e US\$ 7,8 milhões (R\$ 16.520) e US\$ 23,7 milhões (R\$ 50.197) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, respectivamente.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Planos Pilgrim's Pride - PPC

A PPC patrocina programas que oferecem benefícios de aposentadoria para a maioria de seus empregados. Estes programas incluem planos de pensão qualificados e não qualificados, um plano de aposentadoria de benefício definido com seguro de vida e plano de economia com contribuição definida. Sob todos os planos de aposentadoria, as despesas da PPC foram de US\$ 1,5 milhões (R\$ 3.434) e US\$ 4,3 milhões (R\$ 9.845) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, respectivamente, US\$ 1,9 milhões (R\$ 4.024) e US\$ 5,7 milhões (R\$ 12.073) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, respectivamente.

Planos de benefício definido

- PPC plano de aposentadoria para empregados sindicalizados ("Plano Union");
- PPC Plano de pensão dos empregados de Legacy Gold Kist ("Plano GK Pension").

O Plano Union abrange determinados locais ou grupos na PPC. O Plano GK Pension cobre certos funcionários elegíveis dos EUA que foram empregados em locais que a PPC adquiriu a empresa Gold Kist, Inc. ("Gold Kist") em 2007. A participação no Plano GK Pension foi paralisada a partir de 8 de fevereiro de 2007, para todos os participantes, com exceção dos participantes rescindidos que estão ou podem tornar-se permanente ou totalmente desabilitados. O plano foi paralisado a partir de 31 de março de 2007.

Planos de aposentadoria de benefício definido não-qualificado

- Antiga Gold Kist Inc - aposentadoria executiva adicional ("Plano SERP"), e
- Antiga Gold Kist Inc. plano de aposentadoria de diretoria ("Plano Directors Emeriti").

A PPC assumiu o patrocínio do Plano SERP e do Plano Directors Emeriti através da aquisição da empresa Gold Kist, em 2007. O Plano SERP proporciona remuneração adicional para alguns ex-executivos da Gold Kist, baseado em acordos individuais. Os benefícios do Plano SERP foram paralisados a partir de 8 de fevereiro de 2007. O Plano Directors Emeriti prevê benefícios a diretores da empresa Gold Kist.

Planos de benefício definido, seguro de vida pós-aposentadoria

- Gold Kist Inc. plano de seguro de vida ("Retiree Life Plan").

A PPC assumiu as obrigações de assistência médica e seguro de vida pós-aposentadoria, incluindo o Retiree Life Plan, através da aquisição da Gold Kist, em 2007. Em janeiro de 2001, a Gold Kist começou a reduzir substancialmente os seus planos para os empregados ativos. Em 1 de julho de 2003, a Gold Kist encerrou a cobertura médica para os aposentados com 65 anos ou mais, e somente os funcionários aposentados no grupo fechado entre as idades de 55 e 65 poderiam continuar a sua cobertura com taxas de custo média do plano de assistência médica para os empregados ativos. Estes aposentados alcançaram 65 anos em 2012 e a cobertura do plano de aposentadoria médica terminou.

Planos de benefício definido, obrigações e ativos

Os quadros a seguir fornecem reconciliações das mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados e valor justo dos ativos, bem como declarações da situação dos fundos, o relatório do balanço e premissas econômicas para esses planos:

	Nove meses findos em 30 de setembro de 2014		Nove meses findos em 30 de setembro de 2013	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados				
Benefício projetado, início do período	389.305	3.904	433.588	4.311
<i>Custo de serviço</i>	-	-	-	-
<i>Juros</i>	13.916	137	13.300	129
<i>Perdas e (ganhos) atuariais</i>	34.134	174	(69.783)	(252)
<i>Benefícios pagos</i>	(19.773)	(254)	(10.570)	(263)
Benefício projetado, fim do período	417.582	3.961	366.535	3.925
	Nove meses findos em 30 de setembro de 2014		Nove meses findos em 30 de setembro de 2013	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Mudanças de ativos do plano				
Valor justo de ativo dos planos, início do período	248.415	-	205.791	-
<i>Rendimento nos planos ativos</i>	8.126	-	17.849	-
<i>Contribuições de empregados</i>	26.312	254	14.100	263
<i>Benefícios pagos</i>	(19.773)	(254)	(10.570)	(263)
Valor justo de ativo dos planos, fim do período	263.080	-	227.170	-
	30.09.14		31.12.13	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Obrigação de benefícios sem financiamento	(165.391)	(4.239)	(144.150)	(3.994)
	30.09.14		31.12.13	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Valores reconhecidos nos Balanços Patrimoniais				
<i>Custo de benefício provisionado, curto prazo</i>	(15.721)	(368)	(21.425)	(347)
<i>Custo de benefício provisionado, longo prazo</i>	(149.670)	(3.873)	(122.724)	(3.647)
Valor líquido reconhecido	(165.391)	(4.241)	(144.149)	(3.994)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

- Valores reconhecidos no Resultado	Nove meses findos em 30 de setembro de 2014		Nove meses findos em 30 de setembro de 2013	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Ganho (perda) atuarial líquida	54.750	-	35.915	(267)

A obrigação acumulada de benefícios para todos os planos de benefícios definidos era US\$ 182,4 milhões (R\$ 447.062) e US\$ 170 milhões (R\$ 398.242) em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente. Cada um dos planos de pensão definido da PPC tinha a obrigação de benefício acumulada excedendo o valor justo dos ativos do plano em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, a PPC contribuiu com US\$ 8,2 milhões (R\$ 18.775) e US\$ 11,6 milhões (R\$ 26.560), respectivamente, para os seus planos de benefícios definidos.

PPC remensura os ativos e obrigações do plano numa base trimestral.

PPC e certos planos de aposentadoria que esta patrocina, investem em uma variedade de instrumentos financeiros. Determinados fundos de aposentadoria em que a PPC participa detém uma quantidade significativa de títulos garantidos por hipotecas. No entanto, nenhum desses títulos hipotecários são considerados subprime.

O quadro seguinte apresenta os componentes do custo do benefício periódico líquido para os planos:

Custo líquido do benefício periódico	Nove meses findos em 30 de setembro de 2014		Nove meses findos em 30 de setembro de 2013	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Custo de serviço	-	-	-	-
Juros	13.916	137	12.634	125
Retorno estimado nos ativos dos planos	(10.944)	-	(8.574)	-
Ganho líquido em amortização	21	-	1.500	-
Custo líquido do benefício periódico	2.993	137	5.560	125

O quadro seguinte apresenta a média ponderada das premissas utilizadas na determinação da pensão e obrigações de outros planos pós-aposentadoria:

Obrigações dos planos de benefícios	30.09.14		31.12.13	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Taxa de desconto	4,35%	4,35%	4,95%	4,95%

A taxa de retorno esperada sobre os ativos dos planos foi determinada com base na taxa atual de juros e prêmios históricos relacionados às taxas de renda fixa de títulos e outras classes de ativos. A PPC também leva em consideração as alocações antecipadas de ativos, estratégias de investimentos e os pontos de vistas de vários profissionais especializados em investimentos ao desenvolver essa taxa.

O quadro a seguir apresenta a alocação atual dos ativos do plano de pensão e outras obrigações:

	30.09.14	31.12.13
Títulos de capital	64%	68%
Títulos de renda fixa	36%	32%
Total de ativos	100%	100%

Na ausência de limitações regulatórias ou legais, a alocação de ativos de destino para o investimento dos ativos para os seus planos de pensões em curso é de 30% em títulos de renda fixa e 70% em títulos de capital. Os planos apenas investem em renda fixa e instrumentos de capital próprio para o qual existe um mercado pronto público. A PPC desenvolve a sua taxa esperada de longo prazo através dos pressupostos de retorno com base nas taxas de retorno históricas de capital e de renda fixa dos investimentos da PPC.

O cálculo do valor justo dos ativos do plano foi classificado nos seguintes níveis de hierarquia de valor justo em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	30.09.14			31.12.13		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e fundos de mercado	76	-	76	644	-	644
Títulos de capital	-	181.264	181.264	-	171.431	171.431
Títulos de dívida	-	100.283	100.283	-	82.087	82.087
Total de ativos	76	281.547	281.623	644	253.518	254.162

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Pagamentos de benefícios

Como os planos de pensão de PPC são principalmente planos de capitalização, os benefícios esperados com relação a esses planos virão principalmente das relações de confiança estabelecidas para esses planos. Como os outros planos pós-aposentadoria da PPC estão sem financiamento, os benefícios esperados com relação a esses planos virão de recursos próprios da PPC. A tabela a seguir reflete os benefícios em 30 de setembro de 2014 que devem ser pagos em cada um dos próximos cinco anos e, no total, para os cinco anos seguintes dos planos de pensão e outros planos pós-aposentadoria da PPC:

	Pensão	Outros benefícios
2015	29.978	370
2016	29.037	375
2017	28.155	377
2018	26.814	375
Posterior	124.673	1.772
Total	238.657	3.269

PPC antecipou uma contribuição de US\$ 7,7 mil (R\$ 18.873) e US\$ 100 mil (R\$ 245) para os seus beneficiários e outros planos pós aposentadoria, respectivamente, durante 2014.

Benefícios não reconhecidos em outros resultados abrangentes

Os valores em outros resultados abrangentes como prejuízo ou (lucro), que não foram reconhecidos são apresentados a seguir:

	Nove meses findos em 30 de setembro de 2014		Nove meses findos em 30 de setembro de 2013	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Ganhos e perdas atuariais, início do período	17.816	(174)	(93.476)	(2)
Amortização	(21)	-	1.500	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	66.279	239
Ganhos e perdas em ativos	34.134	174	8.379	-
Outros	2.821	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais, fim do período	54.750	-	(17.318)	237

Plano de contribuição definida

A PPC atualmente patrocina dois planos de pensão definidos:

- PPC plano de aposentadoria ("Plano RS"), Seção 401(k) e
- To-Ricos plano de aposentadoria ("To-Ricos Plan"), Seção 1165 (e).

A PPC também mantém três planos pós aposentadoria para empregados elegíveis do México como requerido pela lei mexicana e que abrange principalmente benefícios por desligamento. A divulgação das obrigações do plano mexicano não é considerada material.

No âmbito do "Plano RS", os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração. A PPC corresponde em até 30% dos primeiros 2,14% a 6% do salário, com níveis de compensação de até US\$ 245 mil (R\$ 600). O Plano de To-Ricos é mantido por alguns funcionários porto-riquenhos elegíveis. No âmbito do Plano To-Ricos, os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração, e há várias disposições correspondentes para a Empresa.

Alguns planos de aposentadoria que a PPC patrocina investem em uma variedade de instrumentos financeiros. Alguns fundos de aposentadoria em que a PPC participa e mantém uma quantidade significativa de títulos lastreados em hipotecas. No entanto, nenhuma das hipotecas são consideradas "subprime".

Incentivo de compensação PPC:

A PPC patrocina um plano baseado em desempenho, Plano de Incentivo Omnibus, que prevê para uma ampla gama de prêmios baseados em ações e caixa para funcionários da PPC e outros funcionários, membros do Conselho de Administração da PPC e quaisquer consultores ("LTIP"). Os prêmios baseados em ações que podem ser concedidos sob a LTIP incluem "opções de ações de incentivo", na acepção do Código da Receita Federal, opções de ações não qualificadas, direitos de apreciação, prêmios de ações restritas ("PARs") e unidades de ações restritas ("UAR"). Em 30 de setembro de 2014, a PPC havia reservado aproximadamente 6,6 milhões de ações ordinárias para futura emissão sob a LTIP.

O quadro a seguir demonstra concessões existentes em 30 de setembro de 2014:

Tipo de Prêmio	Plano de Benefício	Quantidade de		Carência	Data da Carência	Estimativa de perda	Método de Liquidação
		Prêmio	Data da Concessão				
PAR	Contrato de trabalho	100.000	14/01/2011	Serviço	03/01/2014	-	Ações
PAR	LTIP	72.675	27/08/2012	Serviço	27/04/2014	-	Ações
UAR	LTIP	608.561	04/02/2013	Serviço	31/12/2014	9,66%	Ações
PAR	LTIP	15.000	25/02/2013	Serviço	24/02/2015	-	Ações
PAR	LTIP	15.000	25/02/2013	Serviço	24/02/2016	-	Ações
UAR	LTIP	206.933	26/02/2013	Serviço	31/12/2014	-	Ações
UAR	LTIP	462.518	19/02/2014	Serviço	31/12/2016	13,49%	Ações

O valor justo de cada PAR e UAR concedido representa o preço de fechamento das ações ordinárias da PPC na respectiva data de concessão.

**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta os custos de compensação e os benefícios de imposto de renda reconhecido por nossos acordos de compensação com base em ações:

	Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2014	2013
Custos de remuneração baseado em ações:		
Custo das mercadorias vendidas	529	255
Despesas de vendas, gerais e administrativas	7.494	2.160
Total	8.023	2.415
Benefício de imposto de renda	1.539	488

Partes restritas da PPC e ações ordinárias restritas estão demonstradas abaixo:

	Nove meses findos em 30 de setembro de 2014		Nove meses findos em 30 de setembro de 2013	
	Número	Média ponderada	Número	Média ponderada
PARs:				
Em circulação no início do exercício	203	15	273	14
Concedidas	-	-	30	18
Investidas	(173)	14	(100)	15
Em circulação no final do exercício	30	20	203	14
UARs:				
Em circulação no início do exercício	729	20	-	-
Concedidas	462	38	815	19
Canceladas	(71)	24	(72)	19
Em circulação no final do exercício	1.120	27	743	19

O valor justo das ações adquiridas durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 30 de setembro de 2013, foram de US\$ 1,1 milhão (R\$ 2.519) e US\$ 700 mil (R\$ 1.483), respectivamente.

Em 30 de setembro de 2014, o total de custos de compensação não reconhecidos relacionados a todos os prêmios não investidos era de US\$ 7,1 milhões (R\$ 17.402). Esse custo deverá ser reconhecido pela média ponderada em um período de 2 anos.

Historicamente, a PPC tem emitido novas ações para compensar as conversões dos prêmios.

Planos Bertin USA

A Bertin USA tem um benefício definido e um plano de previdência complementar que abrange aposentados com certas idades e requerimentos de função. Os planos de benefícios são baseadas principalmente em anos de serviço e remuneração do empregado. A política do fundo é atender as necessidades de financiamento ERISA e acumular ativos do plano, que irá, ao longo do tempo, aproximar o valor presente dos benefícios projetados a pagar. Os ativos do plano são investidos apenas em um contrato de anuidades grupo. O benefício definido e planos de benefícios suplementares foram congelados em 31 de dezembro de 1995.

A Bertin USA também fornece assistência médica e benefícios de seguro de vida para alguns empregados aposentados e desligados com base em obrigações contratuais incorridos pelos proprietários anteriores da JBS USA Trading, Inc. ("JBS USA Trading"), anteriormente conhecida como SB Holdings, Inc., comercialmente reconhecida como The Tupman Thurlow Co., Inc. A Bertin USA elegeu o reconhecimento imediato da obrigação de benefícios sem financiamento acumulada correspondente em conjunto com a compra das ações ordinárias da JBS USA Trading. Os pagamentos pós-aposentadoria são financiados em parcelas mensais. Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, o custo do serviço, custo dos juros, o retorno esperado dos ativos do plano e do custo de benefício líquido periódico eram imateriais.

Durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, a Bertin USA financiou US\$ 60 mil (R\$ 137) e US\$ 190 mil (R\$ 435), US\$ 63 mil (R\$ 133) e US\$ 213 mil (R\$ 451), respectivamente, para o seu plano de benefício definido.

Planos JBS Canadá

A JBS Canadá participa no Plano de Pensão Canadá (o "CPP"), um plano de pensão fornecido pelo governo necessário para todos os funcionários com idades entre 18 e 70 anos que não são beneficiários de qualquer aposentadoria ou pensão de invalidez sob o CPP, não participam do Plano de Pensão Quebec e cujos rendimentos excedem a isenção básica anual de CAD\$ 3.500 (R\$ 7.420). A taxa de contribuição é igual a 9,9% do rendimento do trabalho que excedam a isenção básica até os rendimentos máximos de pensão. O empregado e o empregador devem pagar, cada, metade da contribuição. As despesas da JBS Canadá referentes às contribuições para este plano foram de US\$ 1,3 milhões (R\$ 2.977) e US\$ 3,7 milhões (R\$ 8.472), US\$ 1,1 milhões (R\$ 2.330) e US\$ 3,3 milhões (R\$ 6.689) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, respectivamente.

A JBS Canadá também fornece um Plano de Economia de Aposentadoria em Grupo ("RRSP") para empregados sindicalizados e não-sindicalizados. A RRSP é um acordo entre um indivíduo e um emissor (por exemplo, uma companhia de seguros ou uma empresa de confiança) no qual as contribuições são feitas por indivíduos e uma renda de aposentadoria é paga no vencimento. As contribuições são dedutíveis e os ganhos de investimento são isentos de impostos. Os pagamentos fora do RRSP são tributáveis após o recebimento. A JBS Canadá oferece um Grupo RRSP emitido pela Sun Life Assurance JBS USA do Canadá. As despesas da JBS Canadá referentes às contribuições para este plano foram de US\$ 300 mil (R\$ 687) e US\$ 700 mil (R\$ 1.603); US\$ 200 mil (R\$ 424) e US\$ 900 (R\$ 1.906) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, respectivamente.

Planos JBS Foods

A JBS Foods oferece aos seus funcionários planos suplementares de aposentadoria. O Plano de Previdência é fechado e administrado pela Multipensions Bradesco. Desde 20 de maio de 2010 o plano de benefício definido está fechado para novas adesões.

Além disso, o plano garante ao funcionário o direito de continuar com a assistência médica após se desligar da empresa. Em 30 de setembro de 2014 essa obrigação está registrada no montante de R\$ 9.447.



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

O laudo técnico utilizado para o cálculo da necessidade de novas provisões é realizado anualmente, sendo o último cálculo realizado em 31 de dezembro de 2013, pois não se espera mudanças significativas para o referido período devido à imaterialidade dos saldos.

29 Receita Diferida

Em 22 de outubro de 2008, a JBS USA recebeu um adiantamento de cliente no montante de US\$ 175 milhões para garantir um direito exclusivo de recolher um subproduto de todas as fábricas da JBS USA. Este acordo foi formalizado em 27 fevereiro de 2008 conforme o Contrato de Fornecimento de Matéria-Prima ("Supply Agreement") e vence em 30 de dezembro de 2016. O adiantamento do cliente foi registrado como receita diferida na JBS USA e consta sobre a rubrica de "outros passivos" nas demonstrações contábeis consolidadas. Como o sub-produto é entregue ao cliente durante o prazo do contrato, a receita diferida é reconhecida como receita de vendas conforme ocorre o faturamento.

Para proporcionar segurança ao cliente, caso a JBS USA não honre seu compromisso, o contrato prevê pagamento de juros Libor 3 meses + 2%. A taxa de juros em 30 de setembro de 2014 foi de 2,2%. No caso de descumprimento do contrato, o contrato de fornecimento prevê a conversão da dívida em ações ordinárias da JBS USA baseado em uma fórmula estipulada no Acordo de Fornecimento. Apenas com a finalidade de prover informações adicionais, caso a JBS USA Holdings não tivesse cumprido o contrato de fornecimento em 30 de setembro de 2014, o direito de conversões seria de 2,96% das ações, ou seja, 2,96 ações.

O contrato de fornecimento contém covenants afirmativos e negativos, que exige que a empresa, dentre outras coisas: mantenha a quota de mercado definido; mantenha certos níveis líquidos de tangíveis, e respeite em todos os aspectos relevantes o contrato de fornecimento. A JBS USA estava em conformidade com todas as cláusulas em 30 de setembro de 2014. Durante o segundo trimestre de 2012, o cliente deixou de tomar produto da JBS USA e, uma vez que o Contrato de Fornecimento não prevê uma forma alternativa de cálculo do reembolso do saldo não amortizado, a JBS USA continua a acumular juros sobre o saldo não amortizado. A JBS USA está em discussões com o cliente, no entanto nenhum acordo foi firmado. O saldo não amortizado em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi de aproximadamente US\$ 100,8 milhões, sendo R\$ 247.061 e R\$ 236.134, respectivamente. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a JBS USA tinha juros acumulados de US\$ 5,9 milhões (R\$ 14.461) e US\$ 4,1 milhões (R\$ 9.605), respectivamente e Outras Receitas Diferidas em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 eram de US\$ 10 milhões (R\$ 24.510) e US\$ 2,5 milhões (R\$ 5.857), respectivamente.

30 Segmentos operacionais

De acordo com IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento, a administração definiu os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob óptica de produto comercializado, e também, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam carne bovina, carne de frango e carne suína. Geograficamente, a Administração considera o desempenho operacional de suas unidades dos Estados Unidos da América (incluindo Austrália, Canadá e México) e América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

O segmento de carne bovina explora o segmento de abate e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados localizadas no Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Argentina, Uruguai, Paraguai, sendo estes três últimos analisados de modo consolidado, assim como Estados Unidos da América, Austrália, Canadá e México.

A carne de frango é representada pelos produtos "in natura", refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas nos Estados Unidos da América, México e Brasil, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

O segmento de carne suína explora o segmento de abate, processamento, frigorificação, entrega de carnes "in natura" e produção de industrializados e subprodutos de mesma origem. Opera no Brasil e Estados Unidos da América, atendendo os mercados interno e externo. Os produtos também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como "Outros". Adicionalmente, todas as operações entre segmentos serão eliminadas dentro do Grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo de políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, com base no lucro ou prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, não incluindo ganhos e perdas não recorrentes, depreciação e ganhos e perda de câmbio.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva correspondente ao período de nove meses e trimestre findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

Receitas líquidas apresentadas por modalidade de produto:

	Nove meses findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Receitas líquidas totais do segmento				
Carne Bovina	52.501.341	43.564.584	19.002.369	16.523.937
Carne de Frango	21.229.199	14.766.547	7.136.343	5.357.381
Carne Suína	9.045.271	5.596.004	3.231.469	2.111.245
Outros	3.390.706	1.753.433	1.408.393	229.435
Total	86.166.517	65.680.568	30.778.574	24.221.998

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Depreciação apresentada por modalidade de produto:

	Nove meses findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Depreciação e amortização				
Carne Bovina	600.437	542.871	203.182	186.268
Carne de Frango	908.598	661.333	321.534	241.357
Carne Suína	145.608	57.095	16.887	21.029
Outros	176.867	142.321	69.460	59.340
Total	1.831.510	1.403.620	611.063	507.994

Total de ativos por modalidade de produto:

	30.09.14	31.12.13
Total de ativos		
Carne Bovina	40.421.154	41.218.032
Carne de Frango	18.616.577	13.817.172
Carne Suína	5.061.296	4.516.202
Outros	13.976.626	9.118.815
Total	78.075.653	68.670.221

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica:

	Nove meses findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Receitas líquidas				
Estados Unidos da América	56.653.716	47.677.615	20.404.139	17.472.928
América do Sul	27.887.337	16.616.840	9.847.259	6.214.435
Outros	1.625.464	1.386.113	527.176	534.635
Total	86.166.517	65.680.568	30.778.574	24.221.998

Depreciação apresentada por área geográfica:

	Nove meses findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Depreciação e amortização				
Estados Unidos da América	1.012.571	938.518	334.890	344.518
América do Sul	812.193	449.536	273.489	161.715
Outros	6.746	15.566	2.684	1.761
Total	1.831.510	1.403.620	611.063	507.994

Total de ativos por área geográfica:

	30.09.14	31.12.13
Total de ativos		
Estados Unidos da América	24.782.296	19.889.926
América do Sul	50.727.516	46.696.020
Outros	2.565.841	2.084.275
Total	78.075.653	68.670.221

31 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. O quadro abaixo detalha as despesas por natureza:

Controladora

Classificação por natureza	Nove meses findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Depreciação e amortização	(424.219)	(380.567)	(143.404)	(131.810)
Despesas com pessoal	(1.668.125)	(1.399.592)	(566.136)	(491.402)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(14.929.038)	(11.555.128)	(5.372.214)	(4.277.259)
Impostos, taxas e contribuições	(1.175.550)	(948.454)	(294.425)	(237.508)
Remuneração de capitais de terceiros	(5.899.458)	(4.390.522)	(1.177.526)	(2.316.876)
Outras receitas e despesas	4.225.969	4.040.436	418.939	1.896.506
	(19.870.421)	(14.633.827)	(7.134.766)	(5.558.349)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Classificação por função	Nove meses findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	(14.449.358)	(11.050.331)	(5.034.529)	(4.061.055)
Despesas com vendas	(1.948.660)	(1.533.149)	(680.045)	(570.499)
Despesas gerais e administrativas	(930.795)	(779.764)	(342.418)	(275.031)
Resultado financeiro líquido	(2.312.361)	(1.263.436)	(856.058)	(647.601)
Outras receitas e despesas operacionais	(229.247)	(7.147)	(221.716)	(4.163)
	(19.870.421)	(14.633.827)	(7.134.766)	(5.558.349)

Consolidado

Classificação por natureza	Nove meses findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Depreciação e amortização	(1.831.510)	(1.403.620)	(611.063)	(507.994)
Despesas com pessoal	(8.331.331)	(6.567.303)	(2.869.745)	(2.356.889)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(69.249.667)	(54.674.568)	(24.186.500)	(20.114.297)
Impostos, taxas e contribuições	(3.109.612)	(2.257.371)	(1.267.451)	(684.693)
Remuneração de capitais de terceiros	(7.832.439)	(5.531.004)	(2.004.210)	(2.806.838)
Outras receitas e despesas	6.991.713	6.049.456	1.968.577	2.568.931
	(83.362.846)	(64.384.410)	(28.970.392)	(23.901.780)

Classificação por função	Nove meses findos em 30 de setembro de		Trimestres findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	(72.929.295)	(57.565.767)	(25.218.124)	(21.093.614)
Despesas com vendas	(5.070.563)	(3.509.222)	(1.744.429)	(1.295.971)
Despesas gerais e administrativas	(2.183.822)	(1.769.003)	(787.788)	(632.862)
Resultado financeiro líquido	(2.935.636)	(1.612.660)	(978.651)	(874.868)
Outras receitas e despesas operacionais	(243.530)	72.242	(241.400)	(4.465)
	(83.362.846)	(64.384.410)	(28.970.392)	(23.901.780)

32 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2014, na Controladora, o limite máximo individual de cobertura era R\$ 150.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 30 de setembro de 2014 de US\$ 32 milhões (equivalente a R\$ 78.432).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos da América, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 30 de setembro de 2014 de US\$ 250 milhões (equivalente a R\$ 612.750).

Para a JBS Foods S.A., a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 30 de setembro de 2014 de R\$ 293 milhões.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

33 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração.

A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Comissão de Gestão de Riscos para posterior envio ao Conselho de Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

a) Risco de mercado

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Conselho de Administração.

É função da Diretoria de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e verificando o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities da Companhia.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a bolsa de valores.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

a.1) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período, de acordo com o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40 R1.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:				
NCE / Compror / Outros	(5.952.297)	(6.552.326)	(7.014.893)	(7.026.294)
CDB-DI	3.681.597	3.148.005	3.888.912	3.236.034
Fundos de investimentos, LCA-DI e Títulos Públicos	360.789	286.719	1.154.865	1.063.744
Total	(1.909.911)	(3.117.602)	(1.971.116)	(2.726.516)
Exposição de passivos à taxa LIBOR/EURIBOR:				
Capital de giro - Euros	(35.475)	(44.119)	(190.003)	(183.304)
Capital de giro - Dólares Americanos	-	-	(1.153.971)	(314.060)
Pré-pagamento	(890.176)	(2.712.803)	(4.042.392)	(3.971.327)
Outros	-	-	(238.845)	(357.182)
Total	(925.651)	(2.756.922)	(5.625.211)	(4.825.873)
Exposição de passivos à taxa TJLP:				
FINAME	(352.626)	(303.606)	(392.334)	(333.905)
BNDES Automático	-	(1.222)	-	(1.222)
CDC	(16.211)	(7.214)	(16.211)	(7.214)
Total	(368.837)	(312.042)	(408.545)	(342.341)

Análise de sensibilidade

As operações da Companhia estão expostas a variações de taxas de juros pré e pós-fixadas, sendo que as taxas pós-fixadas estão representadas por TJLP, CDI, Libor e Euribor. A Administração considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, exceto em função de situações específicas que possam se apresentar.

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxa de juros a que a Companhia está exposta em 30 de setembro de 2014, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

		Efeito no resultado - Controladora		
Exposição	Risco	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação da taxa em 25%	Cenário (III) Variação da taxa em 50%
Contratos indexados à CDI	Aumento da taxa CDI	(749)	(51.615)	(103.231)
Contratos indexados à Libor / Euribor	Aumento da taxa Libor / Euribor	(1)	(1.339)	(2.678)
Contratos indexados à TJLP	Aumento da taxa TJLP	-	(4.610)	(9.221)
		(750)	(57.564)	(115.130)
		Efeito no resultado - Consolidado		
Exposição	Risco	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação da taxa em 25%	Cenário (III) Variação da taxa em 50%
Contratos indexados à CDI	Aumento da taxa CDI	(773)	(53.269)	(106.539)
Contratos indexados à Libor / Euribor	Aumento da taxa Libor / Euribor	(6)	(8.140)	(16.274)
Contratos indexados à TJLP	Aumento da taxa TJLP	-	(5.107)	(10.214)
		(779)	(66.516)	(133.027)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Taxa CDI	Aumento da taxa	10,8100%	10,8492%	13,5125%	16,2150%
Taxa Libor / Euribor	Aumento da taxa	0,5786%	0,5787%	0,7233%	0,8679%
Taxa TJLP	Aumento da taxa	5,0000%	5,0000%	6,2500%	7,5000%

a.2) Risco de variação cambial na Companhia

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos às estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Conselho de Administração, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps); visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Na Controladora e no Consolidado, as principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Dólar Canadense (C\$), Euro (€) e Libra Esterlina (£).

Para fins de apresentação da exposição cambial consolidada, a Companhia divulga suas exposições por indexador, em relação às moedas funcionais de cada país, ou seja, as exposições por moeda no Consolidado são refletidas em relação à cada moeda funcional do País em que deu origem. Essas exposições são convertidas, para fins de apresentação e consolidação, pela taxa de fechamento para Reais (R\$), entretanto, para fins de análise de sensibilidade detalhada devem ser analisadas individualmente em cada País. No consolidado, ressaltam-se as exposições indexadas ao Dólar Americano (US\$), basicamente proveniente da Austrália, cuja moeda funciona é o Dólar Australiano (AUD) e México, cuja moeda funcional são os Pesos Mexicanos (PMX) das subsidiárias da JBS USA. Adicionalmente as demais subsidiárias da JBS USA também possuem exposições em moedas Iene Japonês (JPY) e Dólar Neozelandês (NZD), de menor representatividade.

Conforme descrito na nota explicativa de segmentos operacionais, aproximadamente 66% das vendas do Grupo são efetuadas pelas operações da JBS USA e suas subsidiárias, as quais operam preponderantemente em dólar americano, portanto, com baixo risco de exposição cambial. Aproximadamente 32% das vendas são efetuadas pela Controladora e JBS Foods S.A. Os demais 2% das nossas vendas são efetuadas por subsidiárias, sendo em sua maioria em moeda local e uma pequena parte em dólar, considerado imaterial para abertura nas demonstrações de análise de sensibilidade de risco cambial.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação cambial da Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities. Entretanto, tendo em vista o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40 R1, cumpre mencionar que durante o período houve movimentação representativa devido a operações de proteção cambial junto a bolsa de valores conforme programação de operações financeiras e comerciais.

A) EXPOSIÇÃO em US\$ (Dólar americano)	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes	1.492.202	1.512.407	2.382.528	1.933.060
Contas a receber	2.940.008	2.960.113	3.690.542	4.902.755
Estoques	-	39.705	-	39.705
Pedidos de venda	811.798	753.257	1.326.748	1.100.522
Fornecedores	(48.004)	(39.462)	(77.224)	(1.271.573)
Pedidos de compra	-	-	(282.396)	(189.284)
Subtotal	5.196.004	5.226.020	7.040.198	6.515.185
FINANCEIRO				
Partes relacionadas (net)	(530.673)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(15.551.387)	(13.863.985)	(19.411.103)	(14.965.671)
Subtotal	(16.082.060)	(13.863.985)	(19.411.103)	(14.965.671)
Total da exposição	(10.886.056)	(8.637.965)	(12.370.905)	(8.450.486)
DERIVATIVOS				
Contratos futuros	3.352.355	4.110.677	3.519.796	4.110.677
Non Deliverable Forwards (NDF's)	9.436.350	7.383.641	10.773.410	7.383.641
Swap (Ativo)	20.734	358.393	902.604	733.209
Swap (Passivo)	(21.004)	(360.553)	(21.004)	(360.553)
Total dos derivativos	12.788.435	11.492.158	15.174.806	11.866.974
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	1.902.379	2.854.193	2.803.901	3.416.488

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio a que a Companhia está exposta em 30 de setembro de 2014, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Risco de câmbio (US\$ - Dólar)

Exposição do R\$ (Real) - Controladora	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do câmbio em 25%	Cenário (III) Variação do câmbio em 50%
Financeira	Depreciação do R\$	(580.562)	(9.855.086)	(19.708.565)
Operacional	Apreciação do R\$	187.576	3.184.111	6.367.703
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	461.663	7.836.753	15.672.227
		68.677	1.165.778	2.331.365

Exposição do R\$ (Real) - Consolidado	Risco	Efeito no resultado - Consolidado		
		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do câmbio em 25%	Cenário (III) Variação do câmbio em 50%
Financeira	Depreciação do R\$	(700.741)	(11.895.124)	(23.788.307)
Operacional	Apreciação do R\$	254.151	4.314.233	8.627.763
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	547.810	9.299.121	18.596.725
		101.220	1.718.230	3.436.181

Premissas	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Depreciação do R\$ em relação ao dólar	2.4510	2.4871	3.0638	3.6765

B) EXPOSIÇÃO em C\$ (Dólar Canadense)	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes	897	-	3.512	1
Contas a receber	4.551	1.357	13.208	4.197
Fornecedores	(10)	-	(10)	-
Subtotal	5.438	1.357	16.710	4.198
Total da exposição	5.438	1.357	16.710	4.198
DERIVATIVOS				
Contratos futuros	(8.004)	-	(8.004)	-
Non Deliverable Forwards (NDF's)	-	-	(21.726)	-
Total dos derivativos	(8.004)	-	(29.730)	-
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(2.566)	1.357	(13.020)	4.198

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio a que a Companhia está exposta em 30 de setembro de 2014, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Risco de câmbio (C\$ - Dólar Canadense)

Exposição do R\$ (Real) - Controladora	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do câmbio em 25%	Cenário (III) Variação do câmbio em 50%
Operacional	Apreciação do R\$	192	2.973	5.946
Derivativos de proteção cambial	Depreciação do R\$	(283)	(4.377)	(8.752)
		(91)	(1.404)	(2.806)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Exposição do R\$ (Real) - Consolidado	Risco	Efeito no resultado - Consolidado		
		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do câmbio em 25%	Cenário (III) Variação do câmbio em 50%
Operacional	Apreciação do R\$	590	9.137	18.272
Derivativos de proteção cambial	Depreciação do R\$	(1.049)	(16.256)	(32.510)
		(459)	(7.119)	(14.238)
Premissas	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Depreciação do R\$ em relação ao dólar canadense	2,1870	2,2223	2,7338	3,2805
	Controladora		Consolidado	
C) EXPOSIÇÃO em €(EURO)	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes	48.123	73.890	48.325	74.581
Contas a receber	47.692	128.347	51.408	142.536
Pedidos de venda	728	269.236	925	269.236
Fornecedores	(32.137)	(20.095)	(33.651)	(21.062)
Pedidos de compra	-	-	(4.246)	-
Subtotal	64.406	451.378	62.761	465.291
FINANCEIRO				
Empréstimos e financiamentos	-	-	677.351	682.187
Subtotal	-	-	677.351	682.187
Total da exposição	64.406	451.378	740.112	1.147.478
DERIVATIVOS				
Contratos futuros	21.668	(282.619)	18.552	(282.619)
Non Deliverable Forwards (NDF's)	-	(161.325)	(1.380)	(161.325)
Total dos derivativos	21.668	(443.944)	17.172	(443.944)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	86.074	7.434	757.284	703.534

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio a que a Companhia está exposta em 30 de setembro de 2014, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Risco de câmbio (€- EURO)

Exposição do R\$ (Real) - Controladora	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do câmbio em 25%	Cenário (III) Variação do câmbio em 50%
Operacional	Apreciação do R\$	3.246	49.844	99.681
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	1.092	16.769	33.536
		4.338	66.613	133.217
Exposição do R\$ (Real) - Consolidado	Risco	Efeito no resultado - Consolidado		
		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do câmbio em 25%	Cenário (III) Variação do câmbio em 50%
Operacional	Apreciação do R\$	3.163	48.571	97.135
Financeiro	Depreciação do R\$	34.138	524.202	1.048.336
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	865	13.289	26.577
		38.166	586.062	1.172.048
Premissas	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Depreciação do R\$ em relação ao euro	3,0954	3,1458	3,8693	4,6431

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

D) EXPOSIÇÃO em £ (Libras Esterlinas)	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes	-	1.853	6.766	3.820
Contas a receber	40.104	49.840	84.131	102.609
Pedidos de venda	-	54.542	44.691	97.736
Fornecedores	(28)	-	(28)	-
Subtotal	40.076	106.235	135.560	204.165
Total da exposição	40.076	106.235	135.560	204.165
DERIVATIVOS				
Contratos futuros	(1.252)	(105.404)	(1.882)	(105.404)
Non Deliverable Forwards (NDF's)	(99.388)	-	(162.612)	-
Total dos derivativos	(100.640)	(105.404)	(164.494)	(105.404)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(60.564)	831	(28.934)	98.761

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio a que a Companhia está exposta em 30 de setembro de 2014, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Risco de câmbio (£ - Libras Esterlinas)

Exposição do R\$ (Real) - Controladora		Risco	Efeito no resultado - Controladora		
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do câmbio em 25%	Cenário (III) Variação do câmbio em 50%
Operacional		Apreciação do R\$	2.581	39.832	79.663
Derivativos de proteção cambial		Depreciação do R\$	(6.481)	(100.026)	(200.052)
			(3.900)	(60.194)	(120.389)
Exposição do R\$ (Real) - Consolidado		Risco	Efeito no resultado - Consolidado		
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do câmbio em 25%	Cenário (III) Variação do câmbio em 50%
Operacional		Apreciação do R\$	8.730	134.733	269.466
Derivativos de proteção cambial		Depreciação do R\$	(10.593)	(163.491)	(326.981)
			(1.863)	(28.758)	(57.515)
Premissas		Cenário atual	Cenário (II) Deterioração de 25%		
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (III) Deterioração de 50%	
Depreciação do R\$ em relação à libra esterlina		3,9755	4,0399	4,9694	5,9633

a.2.1) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de futuro de moeda estrangeira
Em US\$ (Dólar Americano)
30 de setembro de 2014
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Dólar americano	Futuro	Compra	27.340	3.350.517	(8.018)
DDI	Futuro	Compra	15	1.838	(4.903)
				3.352.355	(12.921)

31 de dezembro de 2013
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Dólar Americano	Futuro	Compra	35.095	4.110.677	37.476
				4.110.677	37.476

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Em C\$ (Dólar Canadense)
30 de setembro de 2014
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Dólar Canadense	Futuro	Venda	61	(8.004)	71
				(8.004)	71

Em €(EURO)
30 de setembro de 2014
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Euro	Futuro	Compra	140	21.668	(201)
				21.668	(201)

31 de dezembro de 2013
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Euro	Futuro	Venda	1.720	(282.619)	(2.693)
				(282.619)	(2.693)

Em £ (Libras Esterlinas)
30 de setembro de 2014
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Libra Esterlina	Futuro	Compra	9	(1.252)	-
				(1.252)	-

31 de dezembro de 2013
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Libra Esterlina	Futuro	Venda	766	(105.404)	(928)
				(105.404)	(928)

a.2.2) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de swap

Os instrumentos financeiros de swap são derivativos contratados para cobertura da exposição cambial líquida dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia e suas controladas, e são classificados na categoria ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Swap (em US\$)

Data início Swap	Nocional - US\$	Nocional - R\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Posição de Swap em 30.09.14
03/02/2009	26.317	64.503	04/02/2015	20.734	(21.004)	(270)
	26.317	64.503		20.734	(21.004)	(270)
Data início Swap	Nocional - US\$	Nocional - R\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Posição de Swap em 31.12.13
03/02/2009	26.317	61.650	04/02/2015	60.994	(62.387)	(1.393)
22/08/2013	25.000	58.565	27/08/2014	59.573	(59.680)	(107)
29/05/2013	100.000	234.260	05/09/2014	237.826	(238.486)	(660)
	151.317	354.475		358.393	(360.553)	(2.160)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

a.2.3) NDF's (Non deliverable forwards)
Em US\$ (Dólar Americano)

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Nocional - USD	Nocional - R\$	Posição em 30.09.14	Posição em 31.12.13
Dólar Americano	NDF	Compra	3.850.000	9.436.350	97.218	119.380
			3.850.000	9.436.350	97.218	119.380

Em €(EURO)

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Nocional - Euro	Nocional - R\$	Posição em 30.09.14	Posição em 31.12.13
Euro	NDF	Venda	-	-	-	(6.831)
			-	-	-	(6.831)

Em £ (Libras Esterlinas)

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Nocional - £	Nocional - R\$	Posição em 30.09.14	Posição em 31.12.13
Libras esterlinas	NDF	Venda	(25.000)	(99.388)	(3.871)	-
			(25.000)	(99.388)	(3.871)	-

a.4) Risco de preços de commodities

A Companhia e suas controladas atuam globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e suas controladas e propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições.

Parte significativa dos insumos da Companhia e suas controladas são ativos biológicos sensíveis à estocagem. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, são utilizados contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, garantindo preço e volume mínimo de insumo comprado para um horizonte de planejamento pré-definido pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração, bem como para mitigar os riscos de oscilações de preços sobre estoques e vendas contratadas, a Companhia e suas controladas empregam o uso de instrumentos de proteção financeira adequados a cada situação, notadamente os contratos de futuros de commodities. A Companhia julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

a.4.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (boi) da Companhia

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de hedge de futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço da arroba do boi gordo da Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período, de acordo com o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40 R1.

EXPOSIÇÃO

	30.09.14	31.12.13
Contratos firmes de compra de boi	180.248	36.241
TOTAL	180.248	36.241

Composição do saldo de instrumento financeiro derivativo para proteção de preço de compra de gado

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocional R\$)	Valor de Mercado R\$
Contratos futuros (BM&F)	Outubro/2014 a Outubro/2015	R\$	Arroba de boi	BM&F	(210.573)	445
Contratos de opção (BM&F)	Outubro/2014 a Outubro/2015	R\$	Arroba de boi	BM&F	(183)	-
					(210.756)	445

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade
Risco de preço de compra de gado

		Efeito no resultado - Controladora		
Exposição	Risco	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação da @ em 25%	Cenário (III) Variação da @ em 50%
Operacional	Depreciação da arroba de boi	1.636	45.062	90.124
Derivativos de proteção do preço da arroba do boi	Apreciação da arroba de boi	(1.913)	(52.689)	(105.378)
		(277)	(7.627)	(15.254)
Premissas	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração da @ em 25%	Cenário (III) Deterioração da @ em 50%
Apreciação da arroba de boi	132,2400	133,4406	165,3000	198,3600

O risco da exposição operacional em contratos firmes de compra de boi é a variação para cima da cotação da arroba de boi, dessa forma, calculamos o risco da apreciação do preço de mercado da cotação da arroba de boi.

a.4.2) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (milho) da Companhia

O ramo de atuação da Companhia em sua Divisão de Confinamento e na sua subsidiária JBS Foods S.A. está exposto à volatilidade dos preços de milho, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Companhia, de acordo com sua política de gerenciamento de estoque, iniciou a estratégia de gestão de risco de preço do milho atuando no controle físico, que inclui expectativas de consumo futuro, compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, através da contratação de hedge de futuro de milho na BM&F, visando garantir o preço de mercado.

Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço da saca de milho da Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities. Em 30 de setembro de 2014 a Companhia não possuía posição em aberto de instrumentos financeiros derivativos relacionados ao risco de preço de commodity de milho.

a.4.3) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities da JBS USA

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de "commodities" da subsidiária integral JBS USA em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período, de acordo com o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40 R1.

		Subsidiária JBS USA	
EXPOSIÇÃO		30.09.14	31.12.13
OPERACIONAL			
Contratos firmes de compra		(6.375.370)	(7.129.630)
Subtotal		(6.375.370)	(7.129.630)
DERIVATIVOS			
Contratos futuro e opções		5.737.414	4.840.304
Subtotal		5.737.414	4.840.304
TOTAL DA EXPOSIÇÃO		(637.956)	(2.289.326)

Análise de sensibilidade
Risco de commodities JBS USA

		Efeito no resultado - Subsidiária JBS USA		
Exposição	Risco	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação do preço em 25%	Cenário (III) Variação do preço em 50%
Operacional	Depreciação dos preços das commodities	(80.154)	(1.593.842)	(3.187.685)
Derivativos de proteção	Apreciação dos preços das commodities	72.134	1.434.353	2.868.707
		(8.020)	(159.489)	(318.978)
Premissas		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Aumento do preço das commodities		1,257%	25,000%	50,000%

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber de clientes, a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities entende que a pulverização da carteira contribui significativamente com a redução do risco de crédito, mas também estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando limites proporcionais, índices financeiros e operacionais, amparados por consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	%PL	Horizonte máximo
Triple A	2,00%	5 anos
Double A	1,00%	3 anos
Single A	0,50%	2 anos
Triple B	0,25%	1 ano

Observações:

- Em caso ratings diferentes para a mesma instituição financeira, deve-se adotar o mais conservador;
- Os bancos coligados devem ser consolidados em suas matrizes;
- Instituições financeiras sem rating não são elegíveis;
- Na falta de rating na escala nacional, utilizar o rating em escala global;
- Caso a Companhia possua dívidas e aplicações com determinada contraparte, deve-se enquadrar o valor líquido das operações; e
- Exceções podem ocorrer desde que previamente analisadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração.

Além de títulos privados, a Companhia também pode aplicar recursos em títulos públicos federais: LFT, LTN, NTN-F e NTN-B. Para esses casos não há limites pré-estabelecidos. É permitido também o investimento em fundos de renda fixa de baixo risco que tenham como política de investimento aplicações em ativos relacionados diretamente à taxa básica de juros.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.267.308	5.223.978	12.578.469	9.013.147
Contas a receber de clientes	6	4.118.470	4.087.073	9.485.436	8.919.926
Créditos com empresas ligadas	10	3.066.319	1.784.948	761.702	733.958
Derivativos a receber		125.254	-	56.221	-
		14.577.351	11.095.999	22.881.828	18.667.031
Contas a receber de clientes					
		Controladora		Consolidado	
		30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Duplicatas a vencer		3.983.525	3.981.264	8.647.000	7.866.991
Duplicatas vencidas:					
De 1 a 30 dias		143.678	111.388	707.475	840.843
De 31 a 60 dias		9.064	9.527	93.526	109.287
De 61 a 90 dias		3.345	2.990	42.271	80.982
Acima de 90 dias		67.443	70.489	187.917	232.266
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD		(88.585)	(88.585)	(192.753)	(210.443)
		134.945	105.809	838.436	1.052.935
		4.118.470	4.087.073	9.485.436	8.919.926

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

**JBS S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Caixa e equivalentes de caixa	12.578.469	9.013.147
Empréstimos e financiamentos no CP	11.483.440	9.430.892
Indicador de liquidez seca	1,10	0,96
Indicador de alavancagem	2,5x	3,7x

Para o cálculo da alavancagem é utilizada a cotação do dólar e do euro do último dia do período. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	30 de setembro de 2014				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Controladora					
Fornecedores	(1.267.921)	-	-	-	(1.267.921)
Débitos com empresas ligadas	-	-	-	(568.218)	(568.218)
Empréstimos e financiamentos	(8.316.509)	(2.993.351)	(4.180.480)	(6.234.542)	(21.724.882)
(Passivos) Ativos financeiros derivativos	125.254	-	-	-	125.254
TOTAL	(9.459.176)	(2.993.351)	(4.180.480)	(6.802.760)	(23.435.767)
	31 de dezembro de 2013				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	(1.371.205)	-	-	-	(1.371.205)
Empréstimos e financiamentos	(6.839.122)	(2.514.791)	(6.972.220)	(4.266.838)	(20.592.971)
(Passivos) Ativos financeiros derivativos	(9.958)	(247)	-	-	(10.205)
TOTAL	(8.220.285)	(2.515.038)	(6.972.220)	(4.266.838)	(21.974.381)
	30 de setembro de 2014				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Consolidado					
Fornecedores	(6.065.644)	-	-	-	(6.065.644)
Empréstimos e financiamentos	(11.483.440)	(4.457.372)	(8.575.831)	(13.910.100)	(38.426.743)
(Passivos) Ativos financeiros derivativos	56.221	-	-	-	56.221
TOTAL	(17.492.863)	(4.457.372)	(8.575.831)	(13.910.100)	(44.436.166)
	31 de dezembro de 2013				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	(5.342.388)	-	-	-	(5.342.388)
Empréstimos e financiamentos	(9.430.892)	(3.000.141)	(10.671.253)	(9.659.055)	(32.761.341)
(Passivos) Ativos financeiros derivativos	(12.311)	(560)	(1.413)	-	(14.284)
TOTAL	(14.785.591)	(3.000.701)	(10.672.666)	(9.659.055)	(38.118.013)

d) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

e) Garantias prestadas e garantias recebidas**Garantias prestadas**

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 445.632 (R\$ 551.303 em 31 de dezembro de 2013). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A subsidiária indireta JBS USA e suas controladas, possuem títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 334.486 (R\$ 226.829 em 31 de dezembro de 2013). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

Outras garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas notas explicativas: 15 - Empréstimos e financiamentos; e 16 - Operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants").

Garantias recebidas

A Companhia e suas controladas não possuem garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

f) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	5	4.042.386	3.434.724	5.043.777	4.299.778
Derivativos a receber		125.254	-	56.221	-
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e bancos	5	3.224.922	1.789.254	7.534.692	4.713.369
Contas a receber de clientes	6	4.118.470	4.087.073	9.485.436	8.919.926
Créditos com empresas ligadas	10	3.066.319	1.784.948	761.702	733.958
Total		14.577.351	11.095.999	22.881.828	18.667.031
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	15/16	(21.724.882)	(20.592.971)	(38.426.743)	(32.761.341)
Fornecedores	14	(1.267.921)	(1.371.205)	(6.065.644)	(5.342.388)
Débitos com empresas ligadas	10	(568.218)	-	-	-
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a pagar		-	(10.205)	-	(14.284)
Total		(23.561.021)	(21.974.381)	(44.492.387)	(38.118.013)

Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas no quadro acima.

g) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o CPC 40 R1/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia de valor justo

Valor contábil em 30 de setembro de 2014			
Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Títulos públicos - LFT	360.789	-	-
Aplicações financeiras	-	3.681.597	-
Derivativos a receber	-	125.254	-
Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Títulos públicos - LFT e Aplicações financeiras	1.154.865	-	-
Aplicações financeiras	-	3.888.912	-
Derivativos a receber	-	56.221	-

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Valor contábil em 31 de dezembro de 2013			
Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Títulos públicos - LFT	286.719	-	-
Aplicações financeiras	-	3.148.005	-
Derivativos a pagar	-	(10.205)	-
Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Títulos públicos - LFT e Aplicações financeiras	1.063.744	-	-
Aplicações financeiras	-	3.236.034	-
Derivativos a pagar	-	(14.284)	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
Controladora	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	5	3.224.922	3.224.922	1.789.254	1.789.254
Aplicações financeiras	5	4.042.386	4.042.386	3.148.005	3.148.005
Contas a receber de clientes	6	4.118.470	4.118.470	4.087.073	4.087.073
Créditos com empresas ligadas	10	3.066.319	3.066.319	1.784.948	1.784.948
Derivativos a receber		125.254	125.254	-	-
Ativos financeiros totais		14.577.351	14.577.351	10.809.280	10.809.280
Fornecedores	14	(1.267.921)	(1.267.921)	(1.371.205)	(1.371.205)
Débitos com empresas ligadas	10	(568.218)	(568.218)	-	-
Derivativos a pagar		-	-	(10.205)	(10.205)
Empréstimos e financiamentos	15/16	(21.724.882)	(21.724.882)	(20.592.971)	(20.592.971)
Dividendos declarados	18	(485)	(485)	(220.494)	(220.494)
Débito com terceiros para investimentos	19	(118.394)	(118.394)	(158.607)	(158.607)
Passivos financeiros totais		(23.679.900)	(23.679.900)	(22.353.482)	(22.353.482)
		(9.102.549)	(9.102.549)	(11.544.202)	(11.544.202)
Consolidado		30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	5	7.534.692	7.534.692	4.713.369	4.713.369
Aplicações financeiras	5	5.043.777	5.043.777	3.236.034	3.236.034
Contas a receber de clientes	6	9.485.436	9.485.436	8.919.926	8.919.926
Créditos com empresas ligadas	10	761.702	761.702	733.958	733.958
Derivativos a receber		56.221	56.221	-	-
Ativos financeiros totais		22.881.828	22.881.828	17.603.287	17.603.287
Fornecedores	14	(6.065.644)	(6.065.644)	(5.342.388)	(5.342.388)
Derivativos a pagar		-	-	(14.284)	(14.284)
Empréstimos e financiamentos	15/16	(38.426.743)	(38.426.743)	(32.761.341)	(32.761.341)
Dividendos declarados	18	(485)	(485)	(220.494)	(220.494)
Débito com terceiros para investimentos	19	(797.475)	(797.475)	(727.749)	(727.749)
Passivos financeiros totais		(45.290.347)	(45.290.347)	(39.066.256)	(39.066.256)
		(22.408.519)	(22.408.519)	(21.462.969)	(21.462.969)

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro acima, incluem os valores de capital de giro em Reais e capital de giro em moeda estrangeira (bonds), conforme demonstrados detalhadamente nas notas explicativas 15 e 16. Na opinião da Administração os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos respectivos valores de custos amortizados, não apresentam variações em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações contábeis intermediárias, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante equivalente ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente seriam em montantes não representativos.



JBS S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em 30 de setembro de		Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2014	2013	2014	2013
Ganhos (perdas) por categoria de instrumento financeiro				
Valor justo por meio do resultado	(213.448)	361.948	298.245	605.682
Empréstimos e recebíveis	285.038	83.229	256.350	153.844
Passivos pelo custo amortizado	(2.338.413)	(1.708.613)	(3.400.992)	(2.372.186)
Total	(2.266.823)	(1.263.436)	(2.846.397)	(1.612.660)

* * * * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Wesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Administração e Controle

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relações com Investidores

Francisco de Assis e Silva
Diretor Executivo de Relações Institucionais

Agnaldo dos Santos Moreira Jr.
Contador CRC SP: 244207/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho

Wesley Mendonça Batista
Vice-Presidente

José Batista Sobrinho

Humberto Junqueira de Farias

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

João Carlos Ferraz

Carlos Alberto Caser

Tarek Mohamed Noshay Nasr Mohamed Farahat

Marcio Percival Alves Pinto





JBS S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2014.

Nossa revisão compreendeu: (a) análise das demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia; (b) acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos por meio de indagações e discussões; e (c) indagações sobre os atos e as transações relevantes efetuadas pelos Administradores da Companhia.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal não teve conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas e que estão em condições de serem divulgadas pela Companhia, sendo que não tiveram quaisquer ressalvas ou observações.

São Paulo, 12 de novembro de 2014.

Florisvaldo Caetano de Oliveira
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

José Paulo da Silva Filho
Conselheiro

Amoreti Franco Gibbon
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2014.

São Paulo, 12 de novembro de 2014.

Wesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relação com Investidores

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Administração e Controle

Francisco de Assis e Silva
Diretor Executivo de Relações Institucionais

* * * * *

